



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA DA VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA (MA)
-ANO 2020-
Processo Administrativo n.º 3402/2020

Aos 23 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às 09:00h, sob a orientação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, **JOSÉ EVANDRO DE SOUZA**, iniciaram-se os trabalhos de Correição Ordinária, na modalidade telepresencial, na Vara do Trabalho de Açailândia (MA), com fundamento no artigo 682, inciso XI, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 27, inciso II, do Regimento Interno deste órgão, no Ato N° 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e no Provimento CRTRT16 n° 01/2020, com a utilização da plataforma de videoconferência *Google Meet*. O Edital n.º 11/2020, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho no dia 8 de julho de 2020, tornou pública a Correição em referência, informando que esta se realizaria no período de 23 a 24/07/2020. Foram devidamente cientificados o Juízo da Vara do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão.

1. DA EQUIPE CORRECIONAL

NOME	CARGO
José Evandro de Souza	Desembargador Vice-Presidente e Corregedor
Valéria Moraes Marques	Secretária da Corregedoria
Fábio Henrique Soares	Técnico Judiciário - Área Administrativa
David Tedson Mendonça Ferreira	Analista Judiciário - Tecnologia da Informação
Olívia Maria Oliveira Almeida	Técnico Judiciário - Área Administrativa

2. DO ÓRGÃO CORREICIONADO

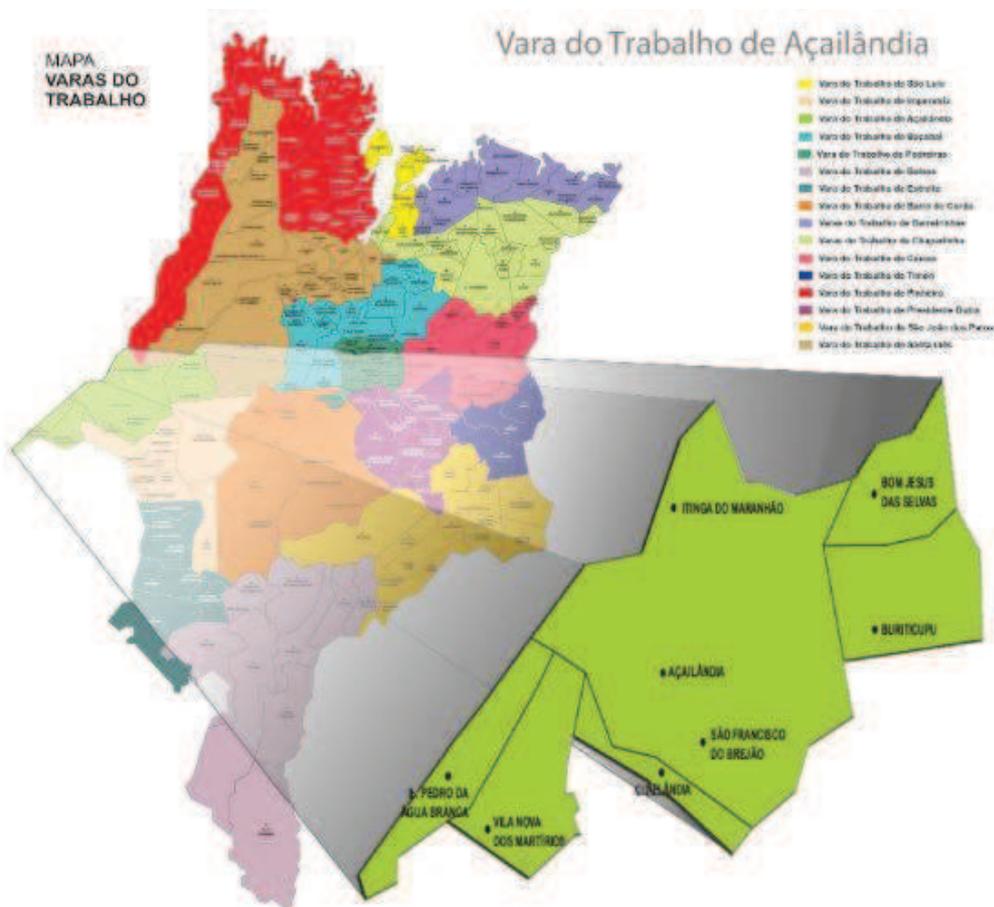
PRINCIPAIS INFORMAÇÕES	
Endereço	Situada à Rua Fortaleza, N.º 272, Centro, município de Açailândia (MA), CEP 65930-000
Telefone	(99) 3199-9994
Email	vta@trt16.jus.br.
Lei de criação	Lei n.º 8.432 de 11.06.1992
Data da última correição	18 a 21/3/2019

2.1. Da Jurisdição

A jurisdição da Vara alcança os seguintes Municípios maranhenses:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



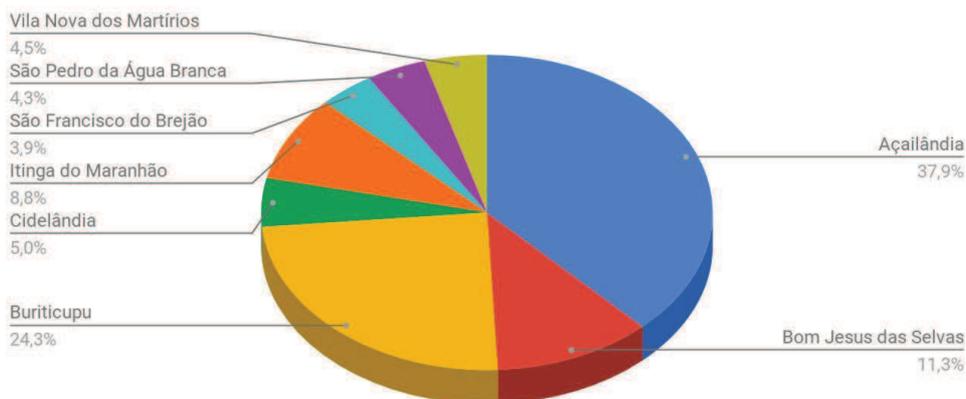
MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)	POPULAÇÃO / SERVIDOR
Açailândia	111.757	12.417,44
Bom Jesus das Selvas	33.479	3.719,89
Buriticupu	71.723	7.969,22
Cidelândia	14.617	1.624,11
Itinga do Maranhão	25.932	2.881,33
São Francisco do Brejão	11.652	1.294,67
São Pedro da Água Branca	12.645	1.405,00
Vila Nova dos Martírios	13.183	1.464,78
TOTAL	294.988	32.776,44

fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)



3. DA METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos correcionais obedeceram à seguinte metodologia: **análise dos relatórios extraídos do Sistema e-Gestão (remessa 741), com dados atualizados até 30/06/2020; verificação dos dados e rotinas da Vara do Trabalho pelo Sistema de Acompanhamento Processual Trabalhista da 1ª Instância (SAPT1), pelo Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e Igest; averiguação, in loco, de documentos, procedimentos e instalações físicas; coleta de informações prestadas pelo(a) Diretor(a) de Secretaria e demais servidores; verificação quanto ao cumprimento das recomendações e determinações exaradas na correição do ano pretérito, realizada no período de 18 a 21/3/2019, bem como o exame de processos físicos e eletrônicos, por amostragem, com especial atenção àqueles que eventualmente figuraram como objeto de denúncia ou pedidos de providências junto à Corregedoria e/ou Ouvidoria.**

4. DO CORPO FUNCIONAL DA VARA

4.1. Magistrado Titular

NOME		LOTAÇÃO NA UNIDADE		
Carlos Evangelista dos Santos	Eduardo Batista	Desde 05/08/2013, conforme Portaria TRT 16ª GP N° 839/2013, de 30/07/2013.		
AFASTAMENTOS DA JURISDIÇÃO DA VARA (fonte Sistema do RH)				
INÍCIO	FIM	MOTIVOS	DIAS CORRIDOS	TOTAL
1-7-2019	30-7-2019	Férias	30	762
07-01-2019	07-01-2021	EXERCER A PRESIDÊNCIA DA AMATRA XVI, BIÊNIO 2019/2021 - R A N° 217/2018	732	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

DIAS ÚTEIS TRABALHADOS NA UNIDADE					
2019			2020		
0 dias			0 dias		
Despachos / dia	Processos solucionados / dia (com exame de mérito)	Processos solucionados / dia (sem exame de mérito)	Despachos / dia	Processos solucionados / dia (com exame de mérito)	Processos solucionados / dia (sem exame de mérito)
-	-	-	-	-	-

O magistrado encontra-se afastado da jurisdição desde 7/1/2019, para exercício do mandato de Presidente da Amatra XVI - Associação dos Magistrados do Trabalho da 16ª Região. (Resolução Administrativa nº 217/2018).

4.2. Magistrado Substituto Fixo

NOME		LOTAÇÃO NA UNIDADE			
Matheus Barreto Campelo Bione		Desde 25/10/2019, conforme Portaria 16ª GP Nº 784/2019			
AFASTAMENTOS LEGAIS (fonte Sistema do RH)					
INÍCIO	FIM	MOTIVOS		DIAS CORRIDOS	TOTAL
15-6-2020	14-7-2020	Férias		30	50
19-05-2020	23-05-2020	- PORTARIA GP Nº 246/2020		5	
24-05-2020	07-06-2020	- PORTARIA GP Nº 246/2020		15	

DIAS ÚTEIS TRABALHADOS ATÉ 30/06/2020					
2019			2020		
218 dias			54 dias		
Despachos / dia	Processos solucionados / dia (com exame de mérito)	Processos solucionados / dia (sem exame de mérito)	Despachos / dia	Processos solucionados / dia (com exame de mérito)	Processos solucionados / dia (sem exame de mérito)
2,17	0,26	0,13	35,11	1,39	0,44

4.3. Outros magistrados substitutos que atuaram na Vara do Trabalho

NOME	LOTAÇÃO NA UNIDADE
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	Lotado na unidade no período de 13/03/2017 a 24/10/2019.
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	Designado para Auxiliar na VT no período de 04/02/2019 a 08/02/2019; de 25/03/2019 a 29/03/2019; de 01/04/2019 a 05/04/2019; de 20/05/2019 a 24/05/2019; de 10/06/2019 a 14/06/2019 e de 28/10/2019 a 30/10/2019.
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	Designada para Auxiliar na VT no período de 08/03/2019; 11/03/2019; de 03/06/2019 a 05/06/2019; 07/06/2019; de 17/06/2019 a



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

	18/06/2019; de 09/09/2019 a 13/09/2019; de 10/10/2019 a 11/10/2019; 14/10/2019 e 18/10/2019.
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	Designada para Auxiliar na VT no período de 06/05/2019 a 10/05/2019.
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	Designada para Auxiliar na VT no período de 01/07/2019 a 05/07/2019; de 15/07/2019 a 17/07/2019.
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL BRAGA	Designada para Auxiliar na VT no período de 08/07/2019 a 12/07/2019; de 19/05/2020 a 07/06/2020 e de 15/06/2020 a 14/07/2020.

4.4. Assiduidade e Residência na sede da Vara

Conforme determina o art. 17 c/c art. 26, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT, o magistrado é assíduo, comparecendo, regularmente, à Unidade, e mantém residência na cidade sede da Vara Trabalhista.

4.5. Dos servidores

A relação nominal dos servidores da Vara do Trabalho de Açailândia (MA), com os respectivos cargos, formação profissional e funções comissionadas, é a seguinte:

SERVIDORES				
Nome	Cargo	Escolaridade	Função	Atividade Principal
Luiza Helena Braga Soares	Diretora de Secretaria	Superior Completo (Bacharelado em Direito)	CJ-03	Gestão e rotinas da secretaria. Bacenjud, Renajud, Infojud e todos os despachos decorrentes. Registro e Exclusão do BNDT, SerasaJud, CNIB, DOI, Controle de Hastas Públicas, Controle de Perícias e Escaninho. Remessa à instância superior, Trânsito em Julgado e Remessas Necessárias. Parte Administrativa
Sâmya Batista de Lacerda	Analista Judiciário - Área Judiciária	Superior Completo (Bacharelado em Direito)	FC-04	Assistente do magistrado para decisões e sentenças em geral. Eventualmente auxilia nos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

				despachos, controle de prazos e atualizações de cálculos.
Luis Arnon Lopes Milhomem		Superior Completo (Bacharelado em Direito)	FC-01	Expedição de Mandados, Editais, Cartas Precatórias, Ofícios, RPV's, Precatórios, Requisição de Honorários Periciais, Atermação.
Rômulo Juliano Vidigal Pimentel		Superior Completo (Bacharelado em Direito)	FC-04	Despachos e Decisões em geral
Elen Virgínia Branco Quintela	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Superior Completo (Arquitetura e Urbanismo)	FC-02	Recebimento de Recursos. Controle de Sobrestamento, Controle do Arquivo Provisório, Controle de Arquivamento e de Acordos. Distribuição dos Processos das Análises de Conhecimento, Liquidação e Execução. Notificação dos peritos, Encaminhamento de Precatórios, envio de ofícios aos bancos e de expedientes em geral pelo malote digital/email
Lúcia Maria da Silva Aguiar Sousa		Superior Completo (Odontologia)	FC-01	Notificações pelo DEJT e sistema. Controle de Prazos
Luzineide Ferreira dos Santos	Servidores Requisitados	Superior Completo (Biologia)	FC-04	Chefe de audiências. Expede mandados e Cartas Precatórias relacionadas às audiências
Marconi Lima Ribeiro		Superior Completo (Administração)	FC-03	Liquidação, Atualização, Emissão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

				de Pareceres, Alvarás, Controle dos Acordos de RPV's firmados com os Municípios
Marilene Macedo da Silva		Ensino Médio	FC-02	Atendimento balcão. Protocolo. Notificações postais (inclusive de audiências), Malotes Físico e Digital, Encaminhamento/Autuação de Cartas Precatórias nos juízos deprecados, recebimento e juntada dos comprovantes bancários

A Diretora de Secretaria, Luiza Helena Braga Soares, é quem exerce as funções de Oficial de Justiça *Ad Hoc*. Neste sentido, através do Ofício VTA nº 20/2020, o qual presta informações para subsidiar o procedimento correicional, o Juiz Substituto Matheus Barreto Campello Bione, exercendo a titularidade da VT, requereu a lotação de um Oficial de Justiça na unidade.

4.6. Do Teletrabalho

Antes da decretação do estado de pandemia somente os servidores Luis Arnon Lopes Milhomem, Ellen Virgínia Branco Quintela e Sâmya Batista de Lacerda encontravam-se em regime de teletrabalho. Observa-se que o total de servidores destacados para realização dessa modalidade de trabalho não ultrapassa o limite de 30% (trinta por cento) estabelecido pela Resolução Administrativa n.º 283/2015.

Atualmente, desde o dia 21/03/2020, por conta do estado de pandemia provocada pelo novo coronavírus, todos os servidores da Vara do Trabalho de Açailândia encontram-se em trabalho remoto.

Indagada sobre o controle da produtividade dos servidores, informou a Diretora de Secretaria que acompanha os trabalhos desenvolvidos através de relatório semanal disponível na Intranet - Judicial - Relatório - Relatório Judicial - 1ª Instância - PJE - Produtividade de Servidor - Acompanhamento.

4.7. Dos estagiários

A Vara não possui estagiários.

4.8. Dos terceirizados

TERCEIRIZADOS	
Nome	Atribuição
Dioclécio Silva Arraes	Vigilantes
Luis Raimundo Fonseca Gomes	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Maria Vilma Lima Felizardo	Serviços Gerais
----------------------------	-----------------

5. ENQUADRAMENTO DA UNIDADE CORRECIONADA

Para fins de análises comparativas entre Unidade, adotou-se a movimentação processual do último triênio (2017-2019) como critério para enquadramento das Varas em mesmo grupos. Adotou-se, com referência, o Anexo III da Resolução CSJT nº 63/2010:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	FAIXAS	Lotação
Até 500	1	5 a 6
501 a 750	2	7 a 8
751 a 1000	3	9 a 10
1001 a 1500	4	11 a 12
1501 a 2000	5	13 a 14
2001 a 2500	6	15 a 16
2501 ou mais	7	17 a 18

Desse modo, analisando a movimentação processual da Unidade, observa-se que está enquadrada na faixa de 1001 (mil e um) a 1500 (mil e quinhentos), já que recebeu, em média, **1.126 (mil cento e vinte e seis)** processos nos últimos três anos, pelo que será comparada com as médias das unidades situadas na mesma faixa de movimentação, constante do quadro abaixo, assim como com a média de todas as varas da 1ª instância deste Regional.

FAIXAS	VARA DO TRABALHO	2017	2018	2019	TOTAL	MÉDIA
II	Vara do Trabalho de Pedreiras	1.012	514	362	1.888	629
III	Vara do Trabalho de São João dos Patos	1.417	568	478	2.463	821
	Vara do Trabalho de Barreirinhas	1.078	1.066	467	2.611	870
	Vara do Trabalho de Balsas	1.147	789	738	2.674	891
	Vara do Trabalho de Timon	773	1.589	536	2.898	966
IV	Vara do Trabalho de Açailândia	1.452	1.263	663	3.378	1.126
	Vara do Trabalho de Estreito	1.519	1.100	1.607	4.226	1.409
V	Vara do Trabalho de Presidente Dutra	2.304	1.595	1.070	4.969	1.656
	Vara do Trabalho de Santa Inês	2.411	1.768	1.084	5.263	1.754
	6ª VT de São Luís	2.132	1.722	1.593	5.447	1.816
	7ª VT de São Luís	2.223	1.639	1.599	5.461	1.820
	1ª VT de São Luís	2.253	1.638	1.572	5.463	1.821
	4ª VT de São Luís	2.300	1.641	1.522	5.463	1.821
5ª VT de São Luís	2.229	1.643	1.625	5.497	1.832	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	3ª VT de São Luís	2.291	1.653	1.593	5.537	1.846
	2ª VT de São Luís	2.318	1.684	1.597	5.599	1.866
	Vara do Trabalho de Caxias	2.658	1.666	1.328	5.652	1.884
	Vara do Trabalho de Bacabal	2.371	1.999	1.290	5.660	1.887
	Vara do Trabalho de Pinheiro	2.765	1.758	1.449	5.972	1.991
	Vara do Trabalho de Barra do Corda	2.510	1.917	1.566	5.993	1.998
VI	Vara do Trabalho de Chapadinha	3.090	2.160	1.481	6.731	2.244
VII	2ª VT de Imperatriz	6.120	1.207	1.251	8.578	2.859
	1ª VT de Imperatriz	5.596	1.806	1.208	8.610	2.870
TOTAL		53.969	34.385	27.679	116.033	38.678

Item 90289 do sistema e-Gestão - Casos novos
(90026-distribuídos, 90027-redistribuídos)

Casos Novos - Figura no polo passivo é público ou privado

2017		2018		2019	
PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO
404	1048	227	1036	71	592
1452		1263		663	

5.1. Relação Servidores x Movimentação Processual (Resolução n.º 63 do CSJT)

FAIXA	PROCESSOS RECEBIDOS/MÉDIA	N.º DE SERVIDORES*	MÉDIA DE PROCESSOS POR SERVIDOR
	2017 a 2019		
IV	1.126	09	125

*Excluindo-se servidores ocupantes do cargo Analista Judiciário – Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

A Resolução de n.º 63/2010-CSJT, no que se refere à lotação, estabelece que as Varas Trabalhistas que receberam, na média dos 03 (três) anos anteriores ao presente exercício, entre 1.001 (mil e um) a 1.500 (mil e quinhentos) processos terão seu quadro de pessoal composto por 11 (onze) a 12 (doze) funcionários. Nesse contexto e considerando que a Vara possui 9 (nove) servidores, tem-se que o seu quadro funcional se encontra **incompleto**.

Registre-se, ainda, que a VT não possui Oficial de Justiça nos seus quadros, sendo que as atividades deste profissional são devolvidas pela Senhora Diretora de Secretaria, conforme informado pela Diretora.

6. DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Para melhor compreensão dos dados, é necessário definir os conceitos dos itens abaixo:

--	--	--



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

59 / 90,059 -	Processos pendentes de solução	Itens <ul style="list-style-type: none">60/90,060 - Processos aguardando a 1ª Sessão de Audiência ou procedimento diverso61/90,061 - Processos aguardando o encerramento da instrução65/90,065 - Processos convertidos em diligência62/90,062 - Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença393/90,393 - Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença com prazo vencido
342 / 90,342	Processos pendentes de finalização fase de conhecimento	Ausente no histórico <ul style="list-style-type: none">O registro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído)O registro de arquivamento definitivoO registro de início da liquidaçãoO registro de início da execução
377 / 90,377	Processos pendentes de baixa fase de conhecimento	Ausente no histórico <ul style="list-style-type: none">Movimento (123 - Remetidos os autos para "destino" "motivo da remessa" = '38 - para processar recurso')Movimento (466 - Homologada a Transação)Movimento (377 - Homologado Acordo em execução ou em cumprimento de sentença)O registro de arquivamento definitivoO registro de início de liquidaçãoO registro de início de execução
353 / 90,353	Processos pendentes de finalização fase de execução	Ausente no histórico <ul style="list-style-type: none">Registro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído) através da tarefa "Redistribuir"Registro de arquivamento definitivo através da tarefa "Escolher tipo de arquivamento"
383 / 90,383	Processos pendentes de baixa fase de execução	Ausente no histórico <ul style="list-style-type: none">Remessa à instância superior para processamento/julgamento de recursoRegistro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído) através da tarefa "Redistribuir"Registro de arquivamento definitivo através da tarefa "Escolher tipo de arquivamento"Movimento (48 -> 60 - Expedido(a) "4 - tipo de documento" = '7224 - Ofício Precatório' a(o) "13 - destinatário" / "5067 - nome do destinatário")

Informações mais detalhadas podem ser obtidas no site do e-Gestão, no link http://negestao.tst.jus.br/index.php/P%C3%A1gina_principal.

6.1. Pendentes de Finalização em junho/2020

FASE DE CONHECIMENTO	FASE DE LIQUIDAÇÃO	FASE DE EXECUÇÃO	CARTAS PRECATÓRIAS E DE ORDEM	TOTAL
806	479	1270	24	2579

6.1.1. Pendentes de Finalização em junho/2020 - Varas da mesma Classe

ÓRGÃO JULGADOR	PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	2579	1º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	2926	2º
------------------------------	------	----

6.2. Fase de Conhecimento

6.2.1. Processos Recebidos na Unidade

RECEBIDOS	2017	2018	2019	Até 30/06/2020
Por distribuição	1365	1091	629	159
Por redistribuição	87	172	34	10
Cartas precatórias e de ordem recebidas	111	63	84	22
TOTAL	1563	1326	747	191

6.2.2. Processos pendentes de Solução

PROCESSOS	Até 30/06/2020
Aguardando a 1ª Sessão de Audiência	109
Aguardando o Encerramento da Instrução	59
Aguardando Prolação de Sentença	0
TOTAL	168

6.2.2.1. Processos pendentes de Solução - Varas da mesma faixa

ÓRGÃO JULGADOR	PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	168	1º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	179	2º

6.2.3. Baixas de Processos (fase de conhecimento)

BAIXADOS	ANOS		
	2018	2019	Até 30/06/2020
Baixados	1456	1069	152
Pendentes de baixa	628	207	214



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



6.2.4. Taxa de Congestionamento - Conhecimento

FASE DE CONHECIMENTO	ANOS	
	2018	2019
Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento	628	207
Processos baixados - fase de conhecimento	1.456	1.069
Taxa de Congestionamento	30,13%	16,22%



A taxa de congestionamento indicada pelo gráfico acima leva em consideração o total de processos, na fase de conhecimento, pendentes de baixa no fim do período de referência (TP) e os casos baixados no período base, utilizando a fórmula “ $(TP / (TP + TB))$ ”.

Como se observa, em 2019 a Vara teve o percentual da taxa em exame decrescida para 30,13%, ocupando o 3º lugar entre as Unidades deste Regional, conforme dados colhidos do Sistema e-Gestão, **cumprindo** a meta 10 do TRT da 16ª Região, consistente em reduzir



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020, de modo gradativo com o parâmetro de 42% ou menos em 2019.

6.2.5. Taxa de Congestionamento - Conhecimento - Ranking

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA EM 31/12/2019	PROCESSOS BAIXADOS EM 2019	TAXA DE CONGESTION AMENTO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	247	1566	13,62	1º
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	201	1079	15,70	2º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	207	1069	16,22	3º
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	211	839	20,10	4º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	342	1266	21,27	5º
VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS	189	614	23,54	6º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	660	2096	23,95	7º
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	665	1894	25,99	8º
VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDA	622	1763	26,08	9º
2ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1035	2835	26,74	10º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	800	2126	27,34	11º
1ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1644	4298	27,67	12º
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	824	2129	27,90	13º
4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	781	1975	28,34	14º
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	907	2199	29,20	15º
7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	941	2234	29,64	16º
VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO	1428	3365	29,79	17º
VARA DO TRABALHO DE BACABAL	872	1970	30,68	18º
VARA DO TRABALHO DE TIMON	608	1330	31,37	19º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	363	756	32,44	20º
VARA DO TRABALHO DE CAXIAS	1106	1980	35,84	21º
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1440	2353	37,96	22º
VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA	967	1549	38,43	23º

6.3. Fase de Liquidação

6.3.1. Iniciadas

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020
Processos com liquidação iniciada	425	502	78
Processos desarquivados para prosseguimento da liquidação	8	1056	29
TOTAL	433	1558	107



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6.3.2. Encerradas

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020
Liquidações encerradas	162	398	262
Processos com liquidação encerrada por acordo	14	29	60
Processos arquivados provisoriamente	33	54	39
TOTAL	209	481	361

6.3.3. Prazos médios de liquidação

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020
Do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação	883.82	988.91	1064.43
Do início até o encerramento da liquidação	466.66	398.76	366.4

6.3.4. Processos pendentes de liquidação

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020
Processos com liquidação de sentença pendentes	110	468	240

Os dados revelam prazos médios elevados relativos à fase de liquidação. A Diretora de Secretaria informou que, a partir de fevereiro/2020, a Vara passou a adotar a prática de notificar as partes para apresentarem os cálculos de liquidação e que somente o servidor Marconi Lima Ribeiro é habilitado na tarefa de cálculo.

Dados colhidos da remessa do Sistema do e-Gestão, em 21/07/2020, constatou a seguinte pendência: 240 (duzentos e quarenta) processos para elaborar cálculos, o mais antigo desde **04/02/2015 (RT nº 0016161-89.2014.5.16.0013)**, conforme quadro abaixo:

PROCESSOS MAIS ANTIGOS AGUARDANDO CÁLCULO NA LIQUIDAÇÃO	DATA DO INÍCIO DA LIQUIDAÇÃO
0016161-89.2014.5.16.0013	04-02-2015 17:41:16
0016090-19.2016.5.16.0013	31-05-2016 10:15:55
0016655-51.2014.5.16.0013	23-11-2016 18:32:50
0016654-66.2014.5.16.0013	5-12-2016 11:04:11
0016653-81.2014.5.16.0013	22-02-2017 14:02:24
0016105-85.2016.5.16.0013	24-02-2017 13:03:28
0016084-46.2015.5.16.0013	16-08-2017 16:30:34
0016264-91.2017.5.16.0013	27-09-2017 16:53:34
0017253-34.2016.5.16.0013	29-09-2017 09:50:31
0169400-50.2013.5.16.0013	25-10-2017 13:27:14
0044200-09.2008.5.16.0013	27-10-2017 15:23:39
0038500-13.2012.5.16.0013	27-10-2017 16:55:18



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

0016398-21.2017.5.16.0013	09-04-2018 17:40:34
0017667-66.2015.5.16.0013	26-6-2018 08:50:26
0016380-34.2016.5.16.0013	31-07-2018 14:45:14
0016779-29.2017.5.16.0013	22-10-2018 14:10:01
0016338-14.2018.5.16.0013	22-10-2018 15:07:40
0017671-06.2015.5.16.0013	22-10-2018 16:56:51
0016551-20.2018.5.16.0013	22-10-2018 16:58:48
0017137-91.2017.5.16.0013	23-10-2018 09:26:37
0016126-27.2017.5.16.0013	23-10-2018 14:33:02
0016569-12.2016.5.16.0013	24-10-2018 12:36:01
0090500-34.2005.5.16.0013	24-10-2018 15:37:33
0017224-81.2016.5.16.0013	24-10-2018 17:22:37
0017191-57.2017.5.16.0013	25-10-2018 14:35:32
0016091-04.2016.5.16.0013	29-10-2018 16:45:59
0017237-46.2017.5.16.0013	29-10-2018 16:54:40

6.4. Fase de execução

6.4.1. Execuções Iniciadas

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2018	2019	Até 30/06/2020
Processos com execução iniciada	273	263	114
Processos recebidos de outros órgãos para execução	0	0	0
Processos desarquivados para prosseguimento da execução	203	624	47
Processos recebidos com conversão de classe	0	1	0
TOTAL	476	888	161

6.4.2. Execuções Pendentes

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2018	2019	Até 30/06/2020
Processos em execução	1416	1187	975
Processos suspensos por execução frustrada	4	0	1
TOTAL	1420	1187	976

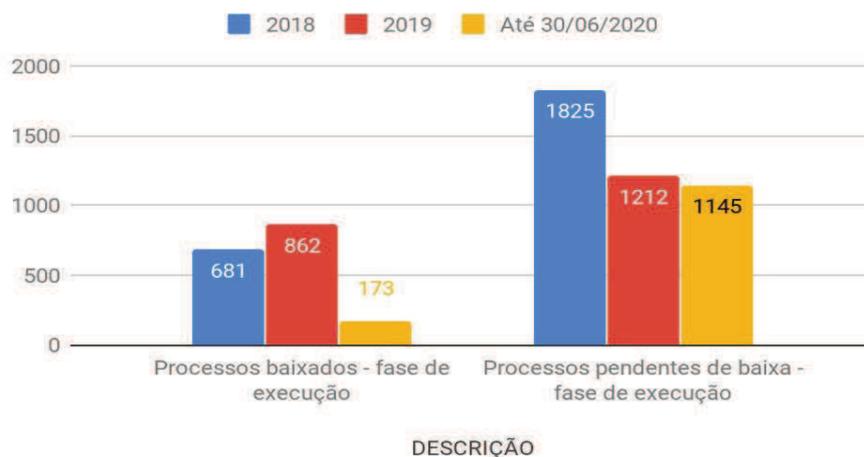
6.4.3. Baixa de Processos (fase de execução)

DESCRIÇÃO	ANOS
-----------	------



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

	2018	2019	Até 30/06/2020
Processos baixados - fase de execução	681	862	173
Processos pendentes de baixa - fase de execução	1825	1212	1145



6.4.4. Taxa de Congestionamento - Execução

FASE DE EXECUÇÃO	ANOS	
	2018	2019
Processos pendentes de baixa - fase de execução	1.825	1.212
Processos baixados - Meta 5 - CNJ	706	903
Taxa de Congestionamento	72,11%	57,30%



A taxa de congestionamento indicada pelo gráfico acima leva em consideração o total de processos, na fase de execução, pendentes de baixa no fim do período de referência (TP) e os casos baixados no período base, utilizando a fórmula $\frac{TP}{(TP + TB)}$.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Os dados acima demonstram que, em 2019, a Vara apresentou o percentual da taxa em exame decrescida para 57,30%, ocupando o 5º lugar entre as Unidades deste Regional, conforme dados colhidos do Sistema e-Gestão, **cumprindo**, dessa forma, a Meta 13 estabelecida por este Regional para 2019, que era de 62% ou menos.

6.4.5. Taxa de Congestionamento - Execução - Ranking

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA EM 31/12/2019	PROCESSOS BAIXADOS EM 2019	TAXA DE CONGESTIONAMENTO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	973	902	51,89	1º
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	723	602	54,57	2º
2ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1696	1343	55,81	3º
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2237	1704	56,76	4º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	1212	903	57,30	5º
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1980	1363	59,23	6º
VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA	2606	1527	63,05	7º
7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1213	670	64,42	8º
VARA DO TRABALHO DE TIMON	1150	606	65,49	9º
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	1596	838	65,57	10º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2219	1106	66,74	11º
VARA DO TRABALHO DE BACABAL	1691	717	70,22	12º
VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDA	3153	1330	70,33	13º
4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3048	1257	70,80	14º
VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS	910	334	73,15	15º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	1635	555	74,66	16º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	1697	558	75,25	17º
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	1179	356	76,81	18º
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2890	821	77,88	19º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3923	1049	78,90	20º
1ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	2649	671	79,79	21º
VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO	3235	816	79,86	22º
VARA DO TRABALHO DE CAXIAS	2999	721	80,62	23º

6.4.6. Prazo médio de execução

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020
Do Ajuizamento da Ação até a Extinção da Execução	1.976,49	2.111,16	2.169,14



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7. DAS AUDIÊNCIAS

7.1. Audiências realizadas

7.1.1. Ano 2019

MAGISTRADO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL POR TIPO
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	Encerramento de instrução	11
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	Conciliação em Conhecimento	2
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	Una	17
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	Encerramento de instrução	5
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	Instrução	3
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	Conciliação em Conhecimento	13
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS		35
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	Conciliação em Execução	3
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	Una	89
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS		94
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	Instrução	19
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	14
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	Una	327
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	Conciliação em Conhecimento	56
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	Conciliação em Execução	14
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	Encerramento de instrução	137
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	Encerramento de instrução	7
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	Instrução	1
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	Conciliação em Execução	3
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	Una	13
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	Conciliação em Conhecimento	5
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Encerramento de instrução	6
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Una	110



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Conciliação em Conhecimento	13
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Instrução	3
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Conciliação em Execução	4
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	Encerramento de instrução	10
TOTAL		1016

7.1.2. Ano 2020

MAGISTRADO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL POR TIPO
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Encerramento de instrução	26
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Conciliação em Conhecimento	14
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Conciliação em Execução	5
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Una	91
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL		3
TOTAL		139

Sobre a pauta de audiências, a Diretora de Secretaria informou que “As audiências são realizadas de segunda a sexta-feira, semanalmente, divididas da seguinte forma:

Segundas e sextas-feiras: reservadas para conciliação e instrução de processos físicos que tramitam nas fases de conhecimento e de execução, para compensação dos dias em que não haja pauta de feitos eletrônicos em razão de feriados e pontos facultativos, bem como para julgamentos.

Terças, quartas e quintas: realizadas aproximadamente 10 (dez) audiências por dia, das 10h00min às 12h30min.

Quanto às audiências de execução, estas são agendadas conforme a demanda, não havendo dia específico para tanto”.

Durante os trabalhos correccionais, a Diretora informou, ainda, que:

“Cumpre ressaltar que o número reduzido de audiências se dá em razão do prazo de menos de 30 (trinta) dias para marcação da 1ª audiência, fato que inviabiliza as notificações tempestivas, especialmente dos entes públicos em virtude do prazo mínimo de antecedência exigido, contados em dias úteis.

Outro fator que deve ser pontuado é que, diferentemente da demais Varas do interior do Estado, Açailândia é sede de grandes empresas, tais como Vale S/A, Viena Siderúrgica, bem como sedia as fazendas de eucalipto arrendadas pela Suzano Papel e Celulose, o que acarreta em processos cuja instrução é mais demorada por versarem, em sua maioria, sobre acidente de trabalho”.

7.1.3. A respeito do tema, a equipe correccional colheu, ainda, os seguintes dados:

Durante os trabalhos correccionais, foi verificado que as últimas audiências foram marcadas para as seguintes datas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ÚLTIMAS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS - POR RITO	
Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário
06/08/2020	05/08/2020

ÚLTIMAS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS - POR TIPOS DE AUDIÊNCIA				
Inicial	Instrução	Una	Conciliação em Conhecimento	Conciliação em Conhecimento
06/08/2020	22/07/2020	18/12/2017	05/08/2020	05/08/2020

7.1.4. Pauta especial em fase de execução

A Diretora de Secretaria informou que, apesar de não existir pauta específica para processos em fase de execução, na forma do art.76,II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral, adota a prática de incluir processos em que haja possibilidade de acordo, em observância ao art.26, “e”, da referida Consolidação.

Importa registrar, que durante a **Semana Nacional de Execução**, realizada no período de 16 a 20/09/2019, houve a participação da Vara, ocasião em que atingiu os seguintes resultados:

AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS HOMOLOGADOS	VALORES HOMOLOGADOS
67	41	R\$ 283.076,42

Vale registrar, que a vara ocupou a **2ª posição** no ranking por acordos homologados e a **4ª posição** no ranking por valores homologados

Os resultados da 9ª semana da execução foram divulgados no link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiYmFjM2M3NmMtZTc0Ny00YzRjLWI1MzMtZDA1MjlmNTQyZWMyliwidCI6IjMyODM2NGZlLTBmNWMiNDYzYS1iZGU2LTBjYWJlZjYmE5ZiJ9&menuid=499>

7.1.5. Audiências itinerantes

A Diretora de Secretaria informou que: “No ano de 2019, até a presente data, não foi realizado nenhum deslocamento itinerante, em razão da falta de quantitativo mínimo ajuizados no mesmo período”.

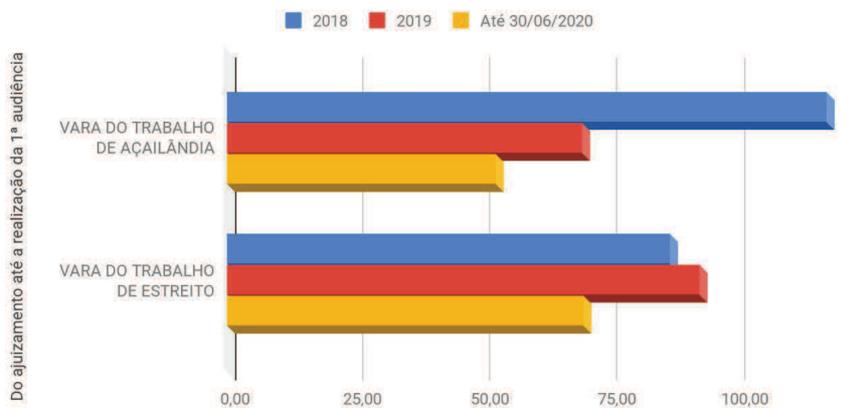
7.1.6. Prazos médios das varas de mesma faixa de movimentação processual

7.1.6.1. Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência - conhecimento.

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020	Classificação em 2019
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	117,74	69,71	52,78	1º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	86,95	92,69	70,04	2º

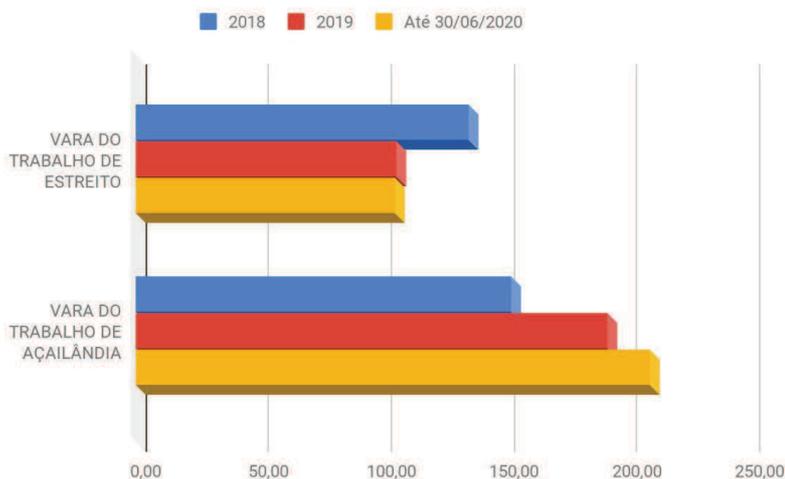


**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**



7.1.6.2. Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - conhecimento

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020	Classificação em 2020
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	135.64	106.02	105.55	1º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	153.08	192.08	209.54	2º



8. DOS PROCESSOS SOLUCIONADOS

8.1. Fase de conhecimento

8.1.1. Com exame de mérito - 2019



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS						
	Com Exame de Mérito						
	Conc	Proc	Proc. em Parte	Imp	Ext	Outras Decisões	TOTAL
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	4	0	5	2	3	0	14
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	24	11	31	12	0	0	78
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	90	13	300	42	0	0	445
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	3	0	3	0	0	0	6
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	33	10	9	5	0	0	57
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	4	0	8	0	0	0	12
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	0	0	0	0	0	0	0
SEM_MAGISTRADO	0	1	41	14	0	0	56
Total	158	35	397	75	3	0	668

8.1.2. Com exame de mérito - até junho/2020

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS						
	Com Exame de Mérito						
	Conc	Proc	Proc. em Parte	Imp	Ext	Outras Decisões	TOTAL
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	0	4	9	1	0	0	14
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	0	0	27	5	0	0	32
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	0	0	4	0	0	0	4
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	48	3	18	6	0	0	75
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	2	1	0	0	0	0	3
Total	50	8	58	12	0	0	128

8.1.3. Sem exame de mérito - 2019

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS				
	Sem Exame de Mérito				
	Ext.	Arq.	Desist	Outras Decisões	TOTAL



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	8	2	2	1	13
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	2	12	5	2	21
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	45	101	24	24	194
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	2	2	0	0	4
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	3	17	2	7	29
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	0	0	2	0	2
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	0	4	1	1	6
SEM MAGISTRADO VINCULADO	5	0	0	0	5
Total	65	138	36	35	274

8.1.4. Sem exame de mérito - até junho/2020

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS				
	Sem Exame de Mérito				
	Ext.	Arq.	Desist	Outras Decisões	TOTAL
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	0	0	0	0	0
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	1	0	0	0	1
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	0	0	0	0	0
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	3	6	8	7	24
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	0	0	0	2	2
Total	4	6	8	9	27

8.1.5. Sentenças Líquidas - 2019

MAGISTRADOS	SENTENÇAS LÍQUIDAS
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	0
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	0
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	6
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	0
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	0
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	0
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	0
TOTAL	6

A Diretora informou que o Juiz Substituto Matheus Barreto Campello Bione tem proferido algumas sentenças líquidas, porém sem fazer o devido registro do movimento no sistema, indicando, a título de exemplo, o Processo nº 0016567-37.2019.5.16.0013, cuja sentença líquida verificou-se que foi prolatada em 27/11/2019, conforme pesquisa no sistema PJe.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

8.1.6. Sentenças Líquidas - até junho/2020

MAGISTRADOS	SENTENÇAS LÍQUIDAS
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	0
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	1
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	0
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	0
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	1
TOTAL	2

8.2. Fase de execução

8.2.1. Execuções encerradas - 2019

MAGISTRADOS	EXECUÇÕES ENCERRADAS			
	Execuções extintas - acordo	Execuções extinta por pagamento	Execuções extintas - outras	Acordos homologados na fase de execução
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	1	1	0	0
CARLOS EDUARDO EVANGELISTA BATISTA DOS SANTOS	0	3	0	0
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	2	2	22	1
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	74	81	214	13
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	0	0	0	1
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	23	14	24	7
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	1	0	18	0
THEANNA DE ALENCAR BORGES	0	3	3	0
SEM MAGISTRADO VINCULADO	7	0	0	0
SUB-TOTAL	108	104	281	22
TOTAL		493		22

8.3. Fase de execução - até junho/2020

MAGISTRADOS	EXECUÇÕES ENCERRADAS			
	Execuções extintas - acordo	Execuções extinta por pagamento	Execuções extintas - outras	Acordos homologados na fase de execução
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	15	40	115	8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	4	7	28	5
SEM MAGISTRADO VINCULADO	12	0	1	0
SUB-TOTAL	31	47	144	13
TOTAL	222			13

8.4. Incidentes Processuais

8.4.1. Fase de conhecimento - 2019

MAGISTRADOS	JULGADOS		TOTAL
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	3	1	4
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	8	4	12
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	183	33	216
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	3	0	3
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	2	6	8
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	15	2	17
SEM MAGISTRADO VINCULADO	0	0	0
TOTAL	214	46	260

8.4.2. Fase de conhecimento - até junho/2020

MAGISTRADOS	JULGADOS		TOTAL
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	3	0	3
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	22	0	22
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	2	0	2
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	6	0	6
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	2	0	2
TOTAL	35	0	35



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

8.4.3. Fase de Execução- 2019

DESCRIÇÃO	TOTAL
Ações Incidentais na Liquidação/Execução julgadas	21

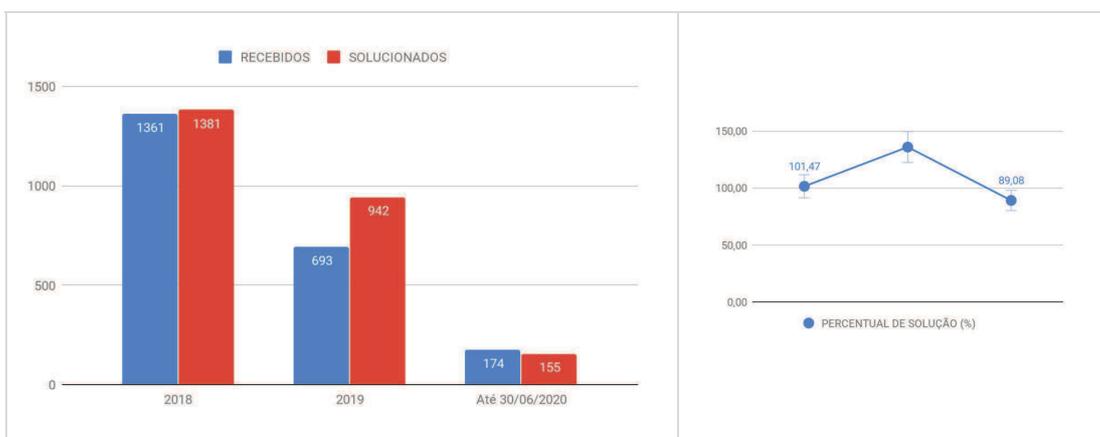
8.4.4. Fase de Execução - até junho/2020

DESCRIÇÃO	TOTAL
Ações Incidentais na Liquidação/Execução julgadas	6

8.5. Índice de Solução

8.5.1. Fase de conhecimento

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PERCENTUAL DE SOLUÇÃO (%)
2018	1361	1381	101,47
2019	693	942	135,93
Até 30/06/2020	174	155	89,08

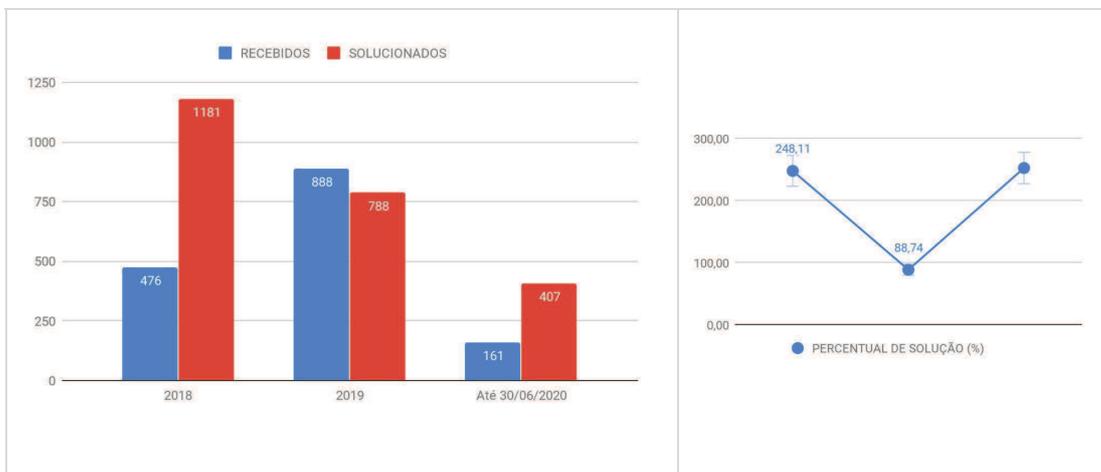


8.5.2. Fase de execução

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PERCENTUAL DE SOLUÇÃO (%)
2018	476	1181	248,11
2019	888	788	88,74
Até 30/06/2020	161	407	252,80



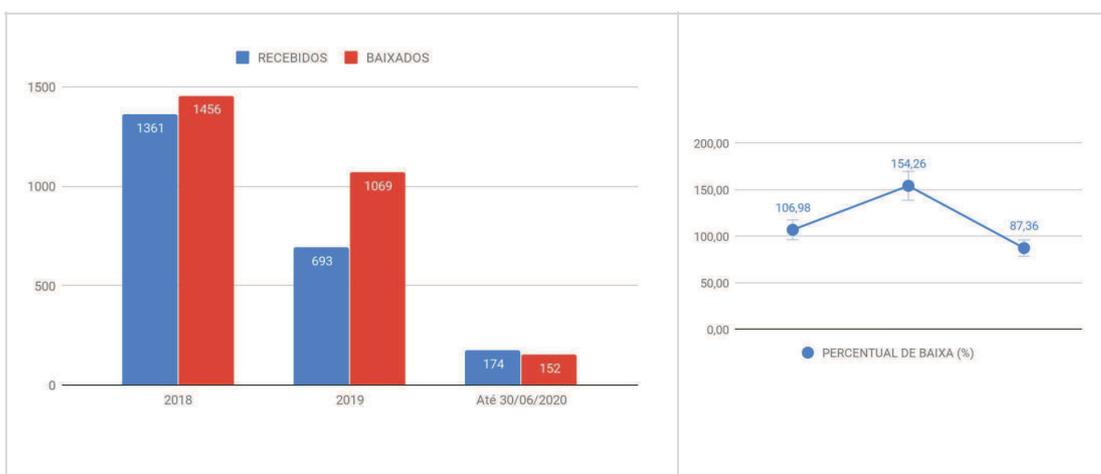
**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**



8.6. Índice de Baixa

8.6.1. Fase de conhecimento

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	PERCENTUAL DE BAIXA (%)
2018	1361	1456	106,98
2019	693	1069	154,26
Até 30/06/2020	174	152	87,36



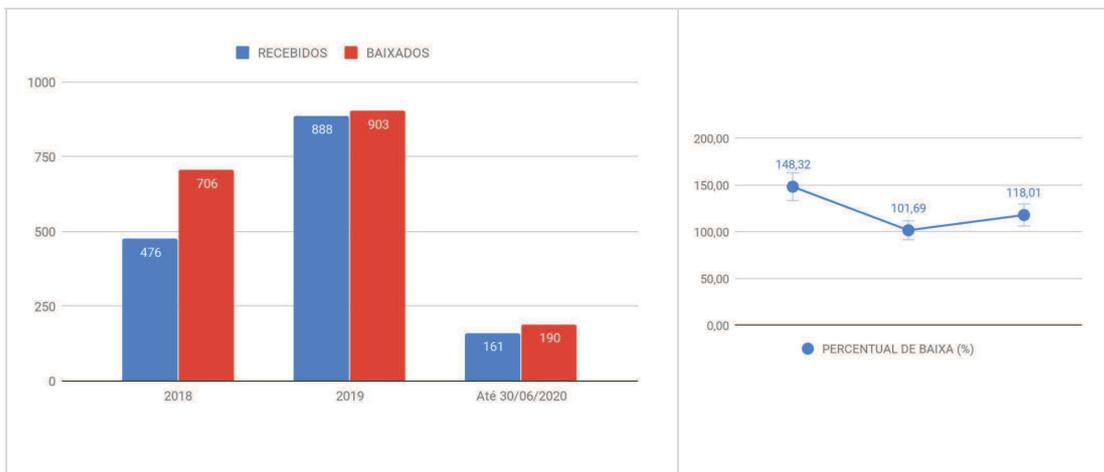
8.6.2. Fase de execução

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	PERCENTUAL DE BAIXA (%)
2018	476	706	148,32



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

2019	888	903	101,69
Até 30/06/2020	161	190	118,01



8.7. Conciliado

8.7.1. Índice de Conciliação

ANO	SOLUCIONADOS	CONCILIADOS	PERCENTUAL DE CONCILIAÇÃO (%)
2018	1381	210	15,21%
2019	942	158	16,77%
Até 30/06/2020	155	50	32,26%





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8.7.2. Participação nas Semanas Nacionais da Conciliação Trabalhista

No período de 04 a 08/11/2019, houve a participação da Vara na XIVª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, ocasião em que atingiu os seguintes resultados:

AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS	ACORDOS HOMOLOGADOS	VALOR APURADO
26	13	R\$ 30.774,39

Vale registrar, que a unidade ocupou a **16ª posição** no ranking por valores homologados. Os resultados da XIV Semana da Conciliação foram divulgados no link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizGEzMTBhNTMtNiM4Ny00NzIxLWJlYjYjYjRkMGJiODM4NWY4IiwidCI6IjMyODM2NGZiLTBmNWMTNDYzYS1iZGU2LTBjYjYwJiZjYmE5ZiJ9&menuid=501>

8.7.3. Aguardando cumprimento de acordo

DESCRIÇÃO	Até 30/06/2020
Processos aguardando cumprimento de acordo	14

9. JULGAMENTOS

9.1.1. Pendentes de julgamento de mérito

Em consulta ao Sistema e-Gestão, foram encontradas as pendências abaixo indicadas na remessa referente a junho/2020:

DESCRIÇÃO	Até 30/06/2020
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença	0
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença - com prazo vencido	0

9.1.2. Pendentes de julgamento de Incidentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	OPOSTOS EM 2019	PENDENTES COM O JUIZ EM 31/12/2019	JULGADOS EM 2019	PREJUDICADOS EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 30/06/2020
------------------------	-----------------	------------------------------------	------------------	----------------------	-------------------------	-------------------------



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

	210	7	214	1	30	42
--	-----	---	-----	---	----	----

**AÇÕES INCIDENTAIS NA LIQUIDAÇÃO/EXECUÇÃO	RECEBIDAS EM 2019	PENDENTES COM O JUIZ EM 31/12/2019	JULGADOS EM 2019	BAIXADOS SEM DECISÃO EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 30/06/2020
	19	0	21	0	20	22

TUTELAS PROVISÓRIAS	RECEBIDAS EM 2019	APRECIADAS EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 30/06/2020
	53	46	12	7

9.1.3. Pendências de julgamento por magistrados

Vale registrar, em 21/07/2020, o seguinte detalhamento quanto aos processos **conclusos para julgamento com prazo vencido**:

MAGISTRADO	Conclusão > 30 dias art. 226, III, do CPC	Conclusão > 90 dias art. 1/GCGJT 10/2017
CARLOS EDUARDO EVANGELISTA BATISTA DOS SANTOS	0	0
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	0	0

Fonte: sistema e-Gestão e relatório CTIC(caminho: intranet->judicial->acesso-1ª instância-PJe-JT-> corregedoria-> conclusos para sentença-listagem com base no e-Gestão> prazos vencidos e prazos vencidos-PAD)

Ademais, seguem informações relativas ao cumprimento de artigos do Provimento Geral Consolidado relacionados à prolação de sentenças:

MAGISTRADOS	ART 55/64-PGC MARCAÇÃO DE DATA DE JULGAMENTO		ART 57-PGC ASSINATURA 48 HS		ART 62-PGC CONCLUSÃO 24 HS		ART 63-PGC JULGAMENTO 30 DIAS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
CARLOS EDUARDO EVANGELISTA BATISTA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	0	0
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	19	0	19	0	19	0	19	0

1- Dados obtidos pela CTIC, junto ao banco de dados do PJe-JT, utilizando mineração de dados para localização de atas de encerramento de instrução.

2 - Amostra: 19 Atas de Encerramento de Instrução juntadas após 01.01.2019

Verificou-se, destarte, o **cumprimento dos arts. 55 e 64**, do Provimento deste Regional, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Constatou-se, ainda, o **cumprimento do comando inserto no art. 57** do Provimento Geral Consolidado deste Regional quanto à assinatura da ata de audiência eletrônica no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Ainda quanto ao Provimento Geral Consolidado deste Regional, verificou-se o **cumprimento do art. 62**, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão dos autos ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução.

Por fim, detectou-se, dentre os processos da amostragem, o **cumprimento do comando inserto no art. 63** do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que trata do prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgamento, na forma das disposições do Código de Processo Civil e da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

9.1.4. Prazo médio de julgamento

9.1.4.1. Prazo médio da vara do trabalho

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020
Do Ajuizamento da Ação até a prolação de sentença na Fase de Conhecimento	201.98	206.23	257.8
Da conclusão até a prolação de sentença na fase de conhecimento	17.32	21.53	50.1

9.1.4.2. Prazo médio por juiz

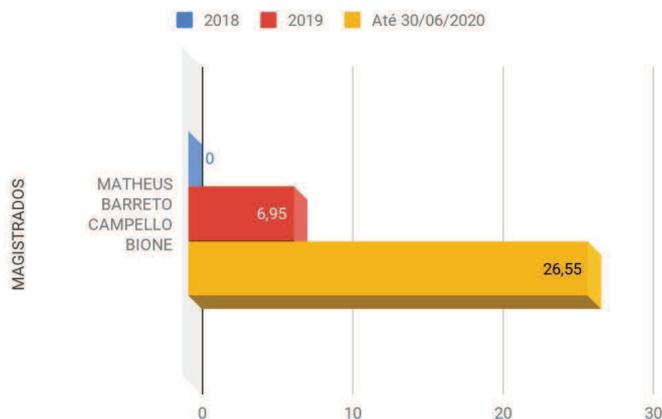
Prazo médio entre a conclusão e a prolação de sentença (itens 69, 90269, 270 e 90270) excluídos os processos julgados em audiência.

MAGISTRADOS	PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DE SENTENÇA		
	2018	2019	Até 30/06/2020
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	30.12	6.63	0,00
CARLOS EDUARDO EVANGELISTA BATISTA DOS SANTOS	13.91	0	30.12
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	113	83.35	127.36
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	18.91	15.09	41.94
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	0	16.67	108,00
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	0	1.9	0,00
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	0	6.95	26.55
TÁLIA BARCELOS HORTEGAL	0	30.12	0.33
SEM MAGISTRADO VINCULADO	28.27	30.89	0,00
TOTAL	17.32	21.53	50.1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DE SENTENÇA - EM DIAS



9.2. Processos convertidos em diligência

O PJe-JT contabilizou 60 (sessenta) processos convertidos em diligência do período da correição pretérita (18/03/2019) até o dia 22/07/2020.

10. DESPACHOS

10.1. Despachos proferidos (conhecimento e execução)

MAGISTRADO	PJe-JT	
	2019	Até 30/06/2020
ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA	46	-
CARLOS EDUARDO EVANGELISTA BATISTA DOS SANTOS	2	-
CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO	1	-
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	339	2
INALDO ANDRE TERCAS SANTOS	2486	6
JOANNA DARCK SANCHES DA SILVA RIBEIRO	16	2
MARCIA ROCHA DE NARDIN	158	146
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	472	1896
TALIA BARCELOS HORTEGAL	27	715
THEANNA DE ALENCAR BORGES	10	-
TOTAL	3557	2767

Fonte: PJe-JT

10.2. Despachos proferidos (conhecimento e execução)

MAGISTRADO	SAPT1
------------	-------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	2019	Até 30/06/2020
	INALDO ANDRE TERCAS SANTOS	53
MARCIA ROCHA DE NARDIN	41	0
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	7	16
THEANNA DE ALENCAR BORGES	10	0
TOTAL	111	22

10.3. Despachos pendentes (conhecimento e execução)

Quanto ao PJe-JT, em consulta realizada em 20/07/2020, restou apurada a existência de 153 (vinte e cinquenta e três) processos conclusos para despacho, assim distribuídos:

magistrado	Tarefa de despacho	qtd	Data mais Antiga	Processo mais antigo
MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE	Assinar despacho	10	16/07/2020 12:22:28	0071200-42.2012.5.16.0013
	Elaborar despacho	143	15/07/2020 08:49:32	0016260-54.2017.5.16.0013
	-	153		DESPACHOS PENDENTES

Fonte: Sistema PJe-JT

11. RECURSOS

RECURSO	INTERPOSTOS	RECEBIDOS / REMETIDOS	PENDENTES DE REMESSA EM 31/12/2019	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 30/06/2020
Recurso Ordinário	661	692	19	62
Recurso Adesivo	5	5	0	0
Agravo de Petição	24	25	9	9
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	8	11	0	0
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição	2	2	0	0

12. CARTAS PRECATÓRIAS

RECEBIDAS	DEVOLVIDAS	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 31/12/2019	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 30/06/2020
82	108	35	23

13. DOS PAGAMENTOS E DAS ARRECADAÇÕES



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

O quadro abaixo revela a arrecadação de valores promovida pela Unidade nos anos de 2018 e 2019 e até o mês de junho/2020.

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020
Valores Pagos aos demandantes decorrentes de execução	R\$ 8.130.713,37	R\$ 7.612.450,59	R\$ 2.924.172,67
Custas/Emolumentos Processuais Arrecadados	R\$ 82.485,21	R\$ 47.949,13	R\$ 17.656,09
Contribuição previdenciária arrecadada	R\$ 524.430,70	R\$ 317.856,69	R\$ 118.624,22
Imposto de Renda arrecadado	R\$ 73.617,50	R\$ 6.181,13	R\$ 4.269,27
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 8.811.246,78	R\$ 7.984.437,54	R\$ 3.064.722,25

14. DAS METAS DO JUDICIÁRIO NACIONAL – CONSELHO NACIONAL DE (CNJ)

14.1. Ano 2019

Para o ano de 2019, entre as metas gerais a serem acompanhadas por todos os segmentos do Poder Judiciário, observam-se as seguintes, aplicáveis à Justiça do Trabalho:

14.1.1. Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Casos Novos*	Processos Julgados	Percentual Processos recebidos/julgados	Grau de Cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
1260	1794	141,15%	141,15%	

*Excluídos os processos com distribuição cancelada ou remetido a outros órgãos.

14.1.2. Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nos 1º e 2º graus.

Processos Distribuídos em 2017	Processos julgados em 2018 e 2019	Percentual Processos distribuídos/julgados	Grau de Cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
564	550	97,52%	106,00%	

14.1.3. Meta 3: Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Média do Biênio 2016/1017	Processos Conciliados em 2019	Processos Solucionados em 2019	Índice da VT em 2019	Grau de Cumprimento da Meta	Índice do TRT em 2019	Meta do TRT em 2019	META NÃO CUMPRIDA
41,20%	316	1466	21,56%	52,32%	29,93%	41,20%	

Nota: O índice de conciliação da VT em 2019 de 21,56% diverge do índice de conciliação informado no item 8.7.1 de 16,76%, pelo fato de que o Glossário da Meta exclui as decisões de arquivamento, desistência e declaração de incompetência, enquanto o do item 8.7.1 considera essas decisões.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

14.1.4. Meta 5: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Casos novos de execução em 2018	Processos baixados na fase de execução em 2018	Entraram na meta	Saíram da meta	Casos novos /baixados	Grau de cumprimento da meta	META CUMPRIDA
526	1798	1478	248	102,33%	102,33%	

14.1.5. Meta 6: Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau.

Ações Coletivas pendentes em 31/12/2016	Ações Coletivas julgadas entre 2017 e 2019	Saíram da meta	Entraram da meta	Casos novos /baixados	Grau de cumprimento da meta	META NÃO CUMPRIDA
0	0	0	1	0,00%	0,00%	

14.1.6. Meta 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Pendentes em 31/12/2018	Distribuídos no ano 2019	Julgados no ano 2019	Saldo Final em 31/12/2019	Grau de cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
34	74	71	16	208,25	

Necessário registrar, a seguir, as informações prestadas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa acerca dos maiores litigantes :

PROCESSO- MAIORES LITIGANTES (2019)	
NOME	QUANTIDADE AÇÕES
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1
ESTADO DO MARANHÃO	10
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	29
VALE S.A.	25
TOTAL	65

14.2. OUTRAS METAS

14.2.1. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Para os anos de 2015 a 2020, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho fixou algumas metas que deverão ser cumpridas por todas as Varas do Trabalho deste Regional e passarão a ser fiscalizadas e acompanhadas por esta Corregedoria, a saber:

- 14.2.1.1. Meta 5 de 2019:** Reduzir o tempo médio de duração do processo na primeira instância, em relação ao ano base 2017, em 5% (cinco por cento), até 2020. Os TRT's que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, em 2017, tiveram como meta, em 2019, reduzir o prazo médio em 4%.

Tempo médio de Duração processo em 2017*	Prazo para a Meta em 2019*	Prazo realizado pela VT- em 2019*	Grau de cumprimento da Meta	META NÃO CUMPRIDA
208,69	200	207,10	96,45%	

*em dias

Em 2019

- Meta 06 – Idêntica à Meta 01 de 2019 do CNJ;
- Meta 07 – Idêntica à Meta 02 de 2019 do CNJ;
- Meta 08 – Idêntica à Meta 06 de 2019 do CNJ;
- Meta 09 – Idêntica à Meta 03 de 2019 do CNJ;
- Meta 10 – Idêntica à Meta 07 de 2019 do CNJ;
- Meta 11 – Idêntica à Meta 05 de 2019 do CNJ.

14.2.2. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Para os anos de 2015 a 2020, a Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa fixou algumas metas, as quais deverão ser observadas por todas as Varas do Trabalho deste Regional, sendo fiscalizadas e acompanhadas por esta Corregedoria, quais sejam:

- **Meta 08** – Elevar a performance jurisdicional do 1º Grau em 1% (um por cento) ao ano, até 2020;
- **Meta 10** – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020;
- **Meta 11** – Aumentar o número de acordos homologados na fase de execução, em 6% (seis por cento), até 2020;
- **Meta 13** – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% (sessenta por cento), ou menos, até 2020;
- **Meta 21** – Aumentar a arrecadação por processo em 10% (dez por cento), até 2020.

Com exceção da meta 08, que se refere a todo o 1º grau e não especificamente à Unidade em análise, todas as demais metas seguem abaixo transcritas:

- 14.2.2.1. Meta 10:** Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020. Ao final de 2019, porém, a Unidade deverá apresentar percentual menor ou igual a 42%.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento	Processos baixados - fase de conhecimento	Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento	META CUMPRIDA
207	1.069	16,22%	

14.2.2.2. Meta 11: Consiste em aumentar o número de acordos homologados na fase de execução, em 6% (seis por cento), até 2020. Ao final de 2019, a Unidade deveria apresentar percentual de aumento maior ou igual a 5% em relação a 2014.

Acordos Homologados na fase de execução 2014	Acordos Homologados na fase de execução 2018	Percentual de cumprimento	META NÃO CUMPRIDA
40	22	-45	

14.2.2.3. Meta 13: Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% (sessenta por cento), ou menos, até 2020. Ao final de 2019, a Unidade deveria apresentar percentual menor ou igual a 62%.

Pendentes em 31/12/2017	Baixados	Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	META CUMPRIDA
1.212	903	57,30%	

14.2.2.4. Meta 21: Aumentar a arrecadação por processo em 10% até 2020. Ao final de 2019 a Unidade deverá apresentar percentual de aumento de 8% em relação a 2015.

Índice de Arrecadação por Processo 2015	Arrecadação/Pagamentos no Período de Referência	Baixados no Período de Referência	Índice de Arrecadação por Processo no Período de Referência	Percentual de Elevação ou Decréscimo	META NÃO CUMPRIDA
R\$ 11.253,20	R\$ 7.936.538,06	862	R\$ 9.207,12	-18,18%	

RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

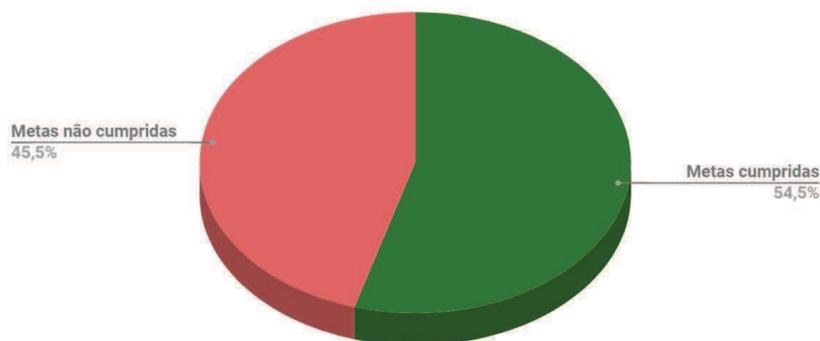
Meta		2019
CNJ	Meta 1	Cumprida
	Meta 2	Cumprida
	Meta 3	Não Cumprida
	Meta 5	Cumprida
	Meta 6	Não Cumprida
	Meta 7	Cumprida



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

CSJT	Meta 5	Não Cumprida
TRT	Meta 10	Cumprida
	Meta 11	Não Cumprida
	Meta 13	Cumprida
	Meta 21	Não Cumprida

Percentual de atingimento de Metas em 2019



15. DO PJE-JT

Quanto às pendências do Sistema PJe-JT, a equipe correcional colheu os seguintes dados, em 20/07/2020, após consulta direta ao acervo de processos armazenados nas tarefas:

Agrupamento	Total	Tarefa	Fase	Qtd	Entrada do mais antigo	Processo mais antigo
Acordo	58	Aguardando cumprimento de acordo	C	13	8/1/2020	0016510-19.2019.5.16.0013
Acordo	58	Acordos vencidos	C	6	03/06/2020	0016056-05.2020.5.16.0013
Acordo	58	Aguardando cumprimento de acordo	E	4	10/02/2020	0016404-91.2018.5.16.0013
Acordo	58	Acordos vencidos	Elaboração	1	08/07/2020	0016046-58.2020.5.16.0013
Acordo	58	Aguardando cumprimento de acordo	L	31	10/10/2019	0016055-54.2019.5.16.0013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Acordo	58	Acordos vencidos	L	3	29/05/2020	0016627-10.2019.5.16.0013
Analisar e Assinar	14	Assinar despacho	C	5	17/7/2020	0016142-73.2020.5.16.0013
Analisar e Assinar	14	Assinar despacho	E	4	16/07/2020	0071200-42.2012.5.16.0013
Analisar e Assinar	14	Assinar decisão	E	1	20/07/2020	0016821-49.2015.5.16.0013
Analisar e Assinar	14	Assinar decisão	L	3	20/07/2020	0016833-58.2018.5.16.0013
Analisar e Assinar	14	Assinar despacho	L	1	17/07/2020	0016751-27.2018.5.16.0013
Análises	20	Análise	C	1	20/07/2020	0017505-71.2015.5.16.0013
Análises	20	Análise	E	13	17/07/2020	0016240-34.2015.5.16.0013
Análises	20	Análise	L	6	14/07/2020	0016752-46.2017.5.16.0013
Arquivados	751 1	Arquivo definitivo	A	5956	25/06/2014	0016050-42.2013.5.16.0013
Arquivados	751 1	Cartas devolvidas	A	510	17/11/2014	0017024-45.2014.5.16.0013
Arquivados	751 1	Arquivo	A	505	17/02/2020	0016979-07.2015.5.16.0013
Arquivados	751 1	Arquivo provisório	A	450	07/07/2017	0074500-75.2013.5.16.0013
Arquivados	751 1	Cartas devolvidas	C	56	11/03/2019	0016905-45.2018.5.16.0013
Arquivados	751 1	Escolher tipo de arquivamento	C	2	16/05/2020	0016006-76.2020.5.16.0013
Arquivados	751 1	Escolher tipo de arquivamento	E	13	08/07/2020	0016385-27.2014.5.16.0013
Arquivados	751 1	Cartas devolvidas	E	15	23/08/2019	0017119-36.2018.5.16.0013
Arquivados	751 1	Escolher tipo de arquivamento	L	4	14/07/2020	0016007-37.2015.5.16.0013
Assinar Alvarás e Expedientes	4	Assinar expedientes e comunicações magistrado	E	3	20/07/2020	0016383-57.2014.5.16.0013
Assinar Alvarás e Expedientes	4	Assinar expedientes e comunicações magistrado	L	1	20/07/2020	0016076-35.2016.5.16.0013
Assinar Despachos e Decisões	14	Assinar despacho	C	5	17/07/2020	0016142-73.2020.5.16.0013
Assinar Despachos e Decisões	14	Assinar decisão	E	1	20/07/2020	0016821-49.2015.5.16.0013
Assinar Despachos e Decisões	14	Assinar despacho	E	4	16/07/2020	0071200-42.2012.5.16.0013
Assinar Despachos e Decisões	14	Assinar decisão	L	3	20/07/2020	0016833-58.2018.5.16.0013
Assinar Despachos e Decisões	14	Assinar despacho	L	1	17/07/2020	0016751-27.2018.5.16.0013
Audiência	26	Aguardando audiência	C	24	13/07/2020	0016610-71.2019.5.16.0013
Audiência	26	Aguardando audiência	E	1	20/07/2020	0016779-92.2018.5.16.0013
Audiência	26	Aguardando audiência	L	1	20/07/2020	0016915-89.2018.5.16.0013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comunicação Expedientes	e	63	Preparar expedientes comunicações	e	C	9	14/07/2020	0016124-52.2020.5.16.0013
Comunicação Expedientes	e	63	Assinar expedientes comunicações magistrado	e	E	3	20/07/2020	0016383-57.2014.5.16.0013
Comunicação Expedientes	e	63	Preparar expedientes comunicações	e	E	23	06/07/2020	0133300-09.2007.5.16.0013
Comunicação Expedientes	e	63	Preparar expedientes comunicações	e	L	27	20/07/2020	0016084-12.2016.5.16.0013
Comunicação Expedientes	e	63	Assinar expedientes comunicações magistrado	e	L	1	20/7/2020	0016076-35.2016.5.16.0013
Cumprimento Providências	de	634	Cumprimento Providências	de	C	84	17/06/2019	0016293-49.2014.5.16.0013
Cumprimento Providências	de	634	Cumprimento Providências	de	E	410	22/02/2019	0158000-39.2013.5.16.0013
Cumprimento Providências	de	634	Cumprimento providências	de	E	76	09/07/2018	0016248-45.2014.5.16.0013
Cumprimento Providências	de	634	Cumprimento Providências	de	L	64	12/03/2019	0017273-93.2014.5.16.0013
Minutar Decisão		11	Elaborar decisão		C	1	17/07/2020	0016044-25.2019.5.16.0013
Minutar Decisão		11	Elaborar decisão		E	10	17/7/2020	0016963-48.2018.5.16.0013
Minutar Despacho		143	Elaborar despacho		C	26	15/07/2020	0128100-79.2011.5.16.0013
Minutar Despacho		143	Elaborar despacho		E	92	15/07/2020	0040400-75.2005.5.16.0013
Minutar Despacho		143	Elaborar despacho		L	25	15/07/2020	0016260-54.2017.5.16.0013
Minutar Despachos Decisões	e	154	Elaborar despacho		C	26	15/07/2020	0128100-79.2011.5.16.0013
Minutar Despachos Decisões	e	154	Elaborar decisão		C	1	17/07/2020	0016044-25.2019.5.16.0013
Minutar Despachos Decisões	e	154	Elaborar despacho		E	92	15/07/2020	0040400-75.2005.5.16.0013
Minutar Despachos Decisões	e	154	Elaborar decisão		E	10	17/07/2020	0016963-48.2018.5.16.0013
Minutar Despachos Decisões	e	154	Elaborar despacho		L	25	15/07/2020	0016260-54.2017.5.16.0013
Novos Processos		20	Triagem Inicial		C	20	01/07/2020	0016183-40.2020.5.16.0013
Outros		1217	Aguardando prazo		C	37	03/03/2020	0016528-40.2019.5.16.0013
Outros		1217	Registrar trânsito em julgado		C	3	03/07/2020	0016002-39.2020.5.16.0013
Outros		1217	Aguardando final do sobrestamento		C	10	21/08/2018	0071700-11.2012.5.16.0013
Outros		1217	Aguardando apreciação pela instância superior		C	584	05/02/2015	0016746-44.2014.5.16.0013



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Outros	121 7	Aguardando final do sobrestamento	E	164	09/06/2017	0047500-71.2011.5.16.0013
Outros	121 7	Aguardando término dos prazos	E	1	07/02/2020	0016818-31.2014.5.16.0013
Outros	121 7	Aguardando apreciação pela instância superior	E	38	07/08/2017	0053300-17.2010.5.16.0013
Outros	121 7	Aguardando prazo	E	192	28/02/2020	0109700-17.2011.5.16.0013
Outros	121 7	Aguardando prazo	Ela bor açã o	1	15/06/2020	0013100-60.2013.5.16.0013
Outros	121 7	Aguardando final do sobrestamento	L	23	08/01/2019	0016551-20.2018.5.16.0013
Outros	121 7	Aguardando prazo	L	156	04/03/2020	0017265-14.2017.5.16.0013
Outros	121 7	Aguardando apreciação pela instância superior	L	7	08/11/2018	0016105-85.2016.5.16.0013
Outros	121 7	Escolher tipo de sobrestamento-suspensão	L	1	16/07/2020	0016361-28.2016.5.16.0013
Prazos Vencidos	159	Prazos Vencidos	C	23	23/06/2020	0016147-95.2020.5.16.0013
Prazos Vencidos	159	Prazos Vencidos	E	53	25/06/2020	0017402-98.2014.5.16.0013
Prazos Vencidos	159	Prazos Vencidos	L	83	24/06/2020	0016319-71.2019.5.16.0013
Recebimento e Remessa	9	Recebimento de instância superior	C	5	17/07/2020	0017258-22.2017.5.16.0013
Recebimento e Remessa	9	Recebimento de instância superior	L	1	17/07/2020	0017253-34.2016.5.16.0013
Recebimento e Remessa	9	Remeter ao 2o Grau	L	3	21/07/2020	0016287-66.2019.5.16.0013

* C- Conhecimento L-Liquidação E-Execução A-Arquivado

15.1. Escaninho

No tocante ao escaninho do Sistema PJe-JT, verificou-se, no dia 22/07/2020, os dados listados abaixo:

Petições não apreciadas	
Total de Petições	22
Petições em processos com prioridade	5
Petições em sigilo/segredo	0
Petições urgentes	0
Petições assinadas por peritos	0
Documentos internos	
Total de Documentos	215
Documentos em processo com prioridade	4
Documentos em sigilo/segredo	0
Planilha de cálculo	0



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Atas de audiências assinadas	0
Mandados devolvidos	12
Mandados Pendentes	203

Verificou-se que a Unidade utiliza a ferramenta disponível no PJe 2.0 como meio de controle das pendências existentes no Juízo, entretanto, diante da existência de 203 (duzentos e três) mandados pendentes, a Diretora informou que decorre da ausência de Oficial de Justiça lotado na Vara.

15.2. Atas de audiências pendentes de assinatura

Ainda em consulta ao Sistema PJe-JT, foi constatada a inexistência de atas de audiências pendentes de assinatura de Magistrados.

15.3. Prazo médio de permanência do processo na tarefa nos últimos 12 meses

Tarefa	Qtd Processos	Prazo Médio em Dias
Aguardando Cumprimento de Providência - Liq	1	224
Cumprimento de providências	280	199,54
RenaJud	96	190,89
Aguardando laudo pericial	56	190,66
InfoJud	19	177,58
BacenJud	15	163
Aguardando bloqueio bacen	42	133,98
Designar ou cancelar leilão ou praça	1	95
Controle de leilão ou praça	1	66
Cumprimento de Providências	4260	64,72
Designar perícia	10	27,5
Aguardando prazo	2373	24,91
Minutar sentença	448	23,44
Aguardando término dos prazos	2329	22,81
Minutar sentença ED	10	22,2
Registrar Obrigações de Pagar-Fazer - Liq	2	21,5
Aguardando audiência	1227	20,74
Registrar bloqueio bacen	14	19,29
Acordos vencidos	41	19,22
Minutar despacho - Sobrestamento	20	16,85
Transitar em julgado	291	14,98
Aguardando prazo recursal	807	13,83



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Minutar Despacho - Exec	1804	12,56
Aguardando esclarecimentos periciais	1	11
Minutar despacho ED	25	10,48
Prazos vencidos	1658	10,31
Apreciar admissibilidade de recursos	187	10,3
Prazos Vencidos	858	10,06
Iniciar Liquidação	1	10

15.4. Processos que ficaram mais tempo em uma tarefa

Tarefa	Processo	Entrada	Saída	Dias	Qtd processos passaram na tarefa	Prazo médio da tarefa
Aguardando laudo pericial	0016481-03.2018.5.16.0013	31-07-2018	05-12-2019	491	56	190,66
	0016478-48.2018.5.16.0013	31-07-2018	05-12-2019	491	56	190,66
	0016480-18.2018.5.16.0013	31-07-2018	05-12-2019	491	56	190,66
	0016473-26.2018.5.16.0013	31-07-2018	05-12-2019	491	56	190,66
Cumprimento de Providências	0016901-13.2015.5.16.0013	12-03-2019	19-06-2020	465	4260	64,72
Aguardando laudo pericial	0016699-31.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
Aguardando laudo pericial	0016694-09.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
Aguardando laudo pericial	0016700-16.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
Aguardando laudo pericial	0016703-68.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016701-98.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016707-08.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016697-61.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016693-24.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016698-46.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016695-91.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016706-23.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016696-76.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
	0016702-83.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	0016705-38.2018.5.16.0013	13-09-2018	05-12-2019	447	56	190,66
Cumprimento de Providências	0017375-18.2014.5.16.0013	10-04-2019	06-04-2020	361	4260	64,72
	0016314-54.2016.5.16.0013	30-07-2019	01-07-2020	337	4260	64,72
Aguardando término dos prazos	0079700-63.2013.5.16.0013	27-02-2019	24-01-2020	330	2329	22,81
Cumprimento de Providências	0016920-19.2015.5.16.0013	12-03-2019	31-01-2020	324	4260	64,72
	0017371-78.2014.5.16.0013	19-03-2019	31-01-2020	318	4260	64,72
	0017665-96.2015.5.16.0013	23-08-2019	29-06-2020	311	4260	64,72
	0020900-86.2006.5.16.0013	09-05-2019	12-03-2020	308	4260	64,72
	0083300-92.2013.5.16.0013	27-03-2019	27-01-2020	306	4260	64,72
	0021700-17.2006.5.16.0013	19-03-2019	16-01-2020	302	4260	64,72
	0169600-57.2013.5.16.0013	08-04-2019	05-02-2020	302	4260	64,72
	0067000-55.2013.5.16.0013	19-03-2019	16-01-2020	302	4260	64,72
Aguardando laudo pericial	0016592-84.2018.5.16.0013	28-09-2018	25-07-2019	299	56	190,66
Cumprimento de Providências	0057000-35.2009.5.16.0013	11-09-2019	01-07-2020	294	4260	64,72
	0093500-95.2012.5.16.0013	08-04-2019	27-01-2020	293	4260	64,72
	0101000-96.2004.5.16.0013	18-09-2019	01-07-2020	287	4260	64,72
	0016764-65.2014.5.16.0013	05-04-2019	16-01-2020	286	4260	64,72
	0077700-27.2012.5.16.0013	24-09-2019	01-07-2020	281	4260	64,72
	0014000-53.2007.5.16.0013	23-04-2019	27-01-2020	278	4260	64,72
	0112200-85.2013.5.16.0013	29-09-2019	01-07-2020	276	4260	64,72
Aguardando laudo pericial	0017102-34.2017.5.16.0013	23-10-2018	25-07-2019	274	56	190,66
Cumprimento de Providências	0016742-36.2016.5.16.0013	02-10-2019	01-07-2020	273	4260	64,72
	0016937-55.2015.5.16.0013	29-09-2019	26-06-2020	270	4260	64,72
	0038500-13.2012.5.16.0013	07-06-2019	02-03-2020	269	4260	64,72
	0005600-45.2010.5.16.0013	08-10-2019	01-07-2020	267	4260	64,72
	0016285-33.2018.5.16.0013	08-10-2019	01-07-2020	267	4260	64,72
	0151700-61.2013.5.16.0013	11-10-2019	01-07-2020	264	4260	64,72
	0032500-60.2013.5.16.0013	11-10-2019	01-07-2020	264	4260	64,72
Aguardando término dos prazos	0016038-86.2017.5.16.0013	08-05-2019	24-01-2020	260	2329	22,81



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Cumprimento de Providências	0016428-56.2017.5.16.0013	07-06-2019	21-02-2020	259	4260	64.72
	0016833-58.2018.5.16.0013	17-06-2019	02-03-2020	259	4260	64.72

15.5. Observações gerais sobre a tramitação dos processos no PJe

Encontrados atrasos excessivos na tarefa “Cumprimento de Providências, com alguns processos sem tramitação desde setembro de 2019 (ATSum 0016339-38.2014.5.16.0013), prejudicando sobremaneira a prestação jurisdicional, cabendo registrar que na citada tarefa existem outros mais antigos, mas que não apresentam atrasos injustificados, por se encontrarem em uma dessas situações: aguardando pagamento Precatórios e aguardando pagamentos RPV.

Observa-se, ainda, no item 15.3, elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas nos últimos 12 meses, a exemplo das tarefas “Aguardando Cumprimento de Providência - Liq”, “Cumprimento de providências”, “RenaJud”, “Aguardando laudo pericial”, “InfoJud”, “BacenJud” e “Aguardando bloqueio bacen”.

Verificou-se, ainda, alguns processos que permaneceram de forma excessiva em algumas tarefas, conforme item 15.4, a exemplo do Processo 016481-03.2018.5.16.0013 na tarefa “Aguardando laudo pericial”, por 491 dias, e o Processo 0016901-13.2015.5.16.0013 em “Cumprimento de Providências”, por 465 dias.

16. DOS ATOS DA SECRETARIA

16.1. Intimação do Ministério Público

A Vara está promovendo regularmente a intimação do Ministério Público nas ações que demandam sua intervenção, como nos casos em que há interesse de menor.

16.2. Tramitação Preferencial

Constatou-se que a Vara assegura tramitação preferencial aos processos enquadrados no art. 14, § 3º, do Provimento Geral Consolidado deste Regional, dentre os quais aqueles em que as partes são menores, idosos, portadores de deficiência etc.

16.3. Remessa dos autos ao arquivo provisório

Ao remeter os autos ao arquivo provisório, quando da suspensão da execução, é obedecida integralmente à disposição estabelecida no artigo 159, do Provimento Geral Consolidado do TRT-16ª Região, notadamente quanto à renovação as providências coercitivas no sentido de localizar bens suscetíveis de penhora, bem como é expedida certidão pela Diretora de Secretaria, noticiando a ausência de depósito judicial ou recursal e o esgotamento, sem êxito, de todos os meios de coerção. De igual modo, o Juiz revisa periodicamente os processos que se encontram no arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar as providências coercitivas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

DESCRIÇÃO	Até 30/06/2020
Saldo de Processos no Arquivo Provisório (Liquidação)	43
Saldo de Processos no Arquivo Provisório (Execução)	258

17. ITENS DE REGISTRO OBRIGATÓRIO NA ATA (Art.26, do Provimento Consolidado da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho)

- a) Averiguação da existência de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei"; **A Vara atende a este dispositivo.**
- b) *Após a liquidação de sentença em que se o apure crédito de valor inequivocamente superior ao depósito recursal, a Vara libera o depósito recursal em favor da parte reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, na forma do art. 124, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da justiça do Trabalho; **A Vara atende a este dispositivo.***
- c) Assiduidade na vara do trabalho do juiz titular ou substituto; **Já analisado (item 4.4);**
- d) A quantidade de dias da semana em que se realizam audiências; **Já analisado (itens 7.1.1 e 7.1.2);**
- e) Os principais prazos da vara do trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais na fase de execução. **Já analisados (itens 7.1.6.1, 7.1.6.2,).**
- f) O exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA - Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC; Em cumprimento ao artigo 23, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, observou-se que a Unidade apresentou, no curso de 2019 e até o mês de junho de 2020, os seguintes resultados, conforme relatórios obtidos do site do Bancenjud e SABB (Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários):

ANO	CONSULTAS BACENJUD					
	Quantidade			Valores		
	Bloqueios	Desbloqueios	Transferências	Bloqueados	Desbloqueados	Transferidos
2019	495	244	246	R\$1.694.349,31	RS473.265,40	R\$1.145.123,43
2020	211	127	89	R\$4.672,675,98	R\$3.393.639,79	R\$1.357.567,71

Fonte: www.bacen.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Importante registrar que o quantitativo apurado acima, relativamente às solicitações de bloqueios de INFOJUD e RENAJUD, referem-se apenas a processos físicos, vez que o PJe-JT não permite a emissão de relatórios neste sentido.

Por fim, com base em relatório fornecido pelo sistema BACENJUD, não existem bloqueios efetivados sem qualquer desdobramento, cumprindo-se o disposto no art. 127, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o qual estabelece que cabe ao Juiz do Trabalho velar diariamente para que, em caso de bloqueio efetivado, haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio.

- g) Quantitativo de processos cadastrados no Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários:

TRT16ª REGIÃO - SISTEMA AUTOMATIZADO DE BLOQUEIOS BANCÁRIOS
RELATÓRIO DE USO DO SABB POR VT (MINUTAS EM 2020)

VT	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2ª Vara do Trabalho de Imperatriz	0	849	2832	269	1604	1698	0	0	0	0	0	0	6052
Vara do Trabalho de Chapadinha	1271	1348	943	1888	268	535	0	0	0	0	0	0	6053
8ª Vara do Trabalho de São Luís	1778	668	1941	74	16	831	0	0	0	0	0	0	5108
7ª Vara do Trabalho de São Luís	1339	1139	867	0	1609	0	0	0	0	0	0	0	4964
1ª Vara do Trabalho de São Luís	1115	1938	1181	0	0	299	0	0	0	0	0	0	4533
5ª Vara do Trabalho de São Luís	229	690	267	785	1082	280	0	0	0	0	0	0	3313
4ª Vara do Trabalho de São Luís	884	1140	364	0	337	309	0	0	0	0	0	0	3034
Vara do Trabalho de Estreito	197	365	1045	632	431	233	0	0	0	0	0	0	2633
3ª Vara do Trabalho de São Luís	515	493	937	0	0	193	0	0	0	0	0	0	2138
Vara do Trabalho de Pedreiras	460	405	1055	2	0	93	0	0	0	0	0	0	2015
Vara do Trabalho de Bacabal	591	0	799	221	0	0	0	0	0	0	0	0	1611
Vara do Trabalho de Pinheiro	0	96	160	0	634	509	0	0	0	0	0	0	1429
Vara do Trabalho de Apiaíândia	0	0	364	0	427	425	0	0	0	0	0	0	1216
Vara do Trabalho de Barreirinhas	94	453	117	302	0	0	0	0	0	0	0	0	966
Vara do Trabalho de Balsas	1	371	404	0	123	0	0	0	0	0	0	0	899
1ª Vara do Trabalho de Imperatriz	0	1	0	0	8	142	0	0	0	0	0	0	151
Vara do Trabalho de Presidente Dutra	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
2ª Vara do Trabalho de São Luís	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vara do Trabalho de São João dos Patos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vara do Trabalho de Barra do Corda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vara do Trabalho de Caxias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

- h) O registro, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao juiz para sentença em processos incidentais; **A Vara atende a este dispositivo.**

- i) Se há inclusão em pauta de processos na fase de execução; **Já analisado (item 7.1.4);**

- j) Se foi determinada pelo juiz a citação do sócio em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência da sua responsabilidade executiva secundária. **A Vara atende a este dispositivo.**

18. DOS ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

18.1. Mandados expedidos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

MANDADOS PENDENTES DE FINALIZAÇÃO EM 22.07.2020	DATA DE CRIAÇÃO DO MAIS ANTIGO	TOTAL
Mandados distribuídos e não finalizados	26	10/12/2019
Mandados expedidos e não distribuídos	2	25/11/2019

18.2. Dados gerais sobre cumprimento de mandados

ano	2019					2020	
nome	GLAUBER TULIO SILVA DE SOUSA	JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS	KARLA SOARES DE ARAUJO AMORIM	LUIZA HELENA BRAGA SOARES	RODRIGO BRAGA CORREIA	LUIZA HELENA BRAGA SOARES	MARCIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
Média em dias para devolução do mandado	2 dias 11h	6 dias 16h	5 dias 12h	2 dias 11h	5 dias 3h	19h	1 dia 16h
Mandados recebidos por distribuição	64	367	83	123	46	12	16
Mandados recebidos por redistribuição	7	0	182	2	50	4	13
Mandados encerrados	71	178	241	90	69	16	18
Cumpridos com finalidade atingida	23	79	91	62	45	2	7
Cumpridos com finalidade não atingida	24	62	13	3	9	7	6
Mandados encerrados com prazo vencido	0	1	1	0	0	0	0
Mandados encerrados dentro do prazo	71	177	240	90	69	16	18

À vista dos prazos médios coletados, observa-se que, em 2019, está sendo obedecido pela Unidade o disposto no art. 177 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que estabelece que os mandados Judiciais devem ser cumpridos e devolvidos no prazo máximo de 19 (dezenove) dias, contados da data da distribuição.

19. AGUARDANDO PAGAMENTO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV)

Município	Valor/Percentual Mensal do FPM	Quantidade de Processos
Buriticupu	R\$ 24.000,00 mensais	26
Itinga do Maranhão	R\$ 60.000,00 mensais	46
São Francisco do Brejão	R\$ 14.200,00 mensais	03



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	75
-------	----

20. TEMPO DE DURAÇÃO DO PROCESSO

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/06/2020
Do Ajuizamento da Ação até o Arquivamento	950.99	1520.71	1316.77

21. DA GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

21.1. Da inspeção judicial

Foi realizada inspeção judicial na Unidade no período de 07 a 20/01/2020, em conformidade com o disposto na Resolução Administrativa n.º 203/2016, tendo a Ata correspondente sido remetida a esta Corregedoria, restando atendidas as disposições dos artigos 183 e 185 do Provimento Geral Consolidado.

Nesse sentido, o Exmo. Desembargador Corregedor recomenda ao magistrado titular que, a partir deste ano de 2020, realize, no mínimo, 2 (duas) Inspeções Anuais, da forma que entender conveniente, com foco principal nas várias deficiências constatadas, indicando as providências adotadas e o resultado alcançado.

22. DA GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Sobre esse aspecto, a Diretora de Secretaria informou que: "*Equipamentos de informática, condicionadores de ar e mobiliário em bom estado de conservação*".

23. DA GESTÃO DE TECNOLOGIA INFORMACIONAL / CONVÊNIOS (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, a, da Consolidação dos Provimentos da CGJT)

Encontram-se instalados e em funcionamento os seguintes programas de informática pertencentes ao Sistema Integrado- SIGI-JT(Sistema de Cálculos; AUD (Automação de Salas de Audiência); e-Doc; SAPT1 e-Gestão).

A Diretora de Secretaria informou que: "*Ferramentas tecnológicas BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, JUCEMA, SERASA JUD, SABB - Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários e CNID - Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens são usadas regularmente, objetivando tornar frutíferas as execuções que aqui tramitam*".

24. DO SISTEMA e-GESTÃO

Todas as estatísticas das Varas do Trabalho deste Regional são obtidas por meio do sistema e-Gestão, que é, atualmente, o banco de dados de toda a Justiça Especializada. Nesse sentido, vale ressaltar que todas as remessas geradas pela Unidade até junho/2020 se encontram validadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

25. IGEST - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho do País.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020 de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais.

O IGEST busca auxiliar as presidências, as corregedorias e as varas do trabalho na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível, revelando-se, dessa forma, importante ferramenta de gestão, sobretudo para aqueles Tribunais Regionais do Trabalho que não dispõem de metodologia própria para esse fim, com disponibilidade de acesso a todos os usuários do Sistema e-Gestão.

O cálculo foi desenvolvido para se obter, de forma padronizada, os indicadores de todas as varas do trabalho analisadas em um período de referência, sem fazer diferenciação entre elas, tudo com base nos dados extraídos do sistema e-Gestão. **Todas as informações relativas aos cálculos dos mesoindicadores podem ser obtidos no site do e-Gestão**, no link <http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>.

Para cada mesoindicador e colocação da Vara no IGEST, existem 3 faixas:

- em fundo azul escuro e letras brancas- 25% dos índices e das varas, com os melhores desempenhos;
- em fundo cinza e letras pretas- 25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos;
- em fundo azul claro e letras azuis- 50% dos índices e das varas, com desempenho mediano e que se encontram entre as duas faixas acima.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

MESOINDICADORES, INDICADORES E SEUS RESPECTIVOS PESOS

MESOINDICADOR	INDICADOR	PESOS	
		PESO DOS INDICADORES	PESO DOS MESOS
Acervo	I01 - Idade Média do Pendente de Julgamento	0,3	0,2
	I02 - Pendentes	0,4	
	I03 - Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido	0,3	
Celeridade	I04 - Prazo Médio na Fase de Conhecimento	0,6	0,2
	I05 - Prazo Médio na Fase de Liquidação	0,1	
	I06 - Prazo Médio na Fase de Execução	0,3	
Produtividade	I07 - Taxa de Conciliação	0,3	0,2
	I08 - Taxa de Solução	0,4	
	I13 - Taxa de Execução	0,3	
Congestionamento	I09 - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento	0,5	0,2
	I10 - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	0,5	
Força de Trabalho	I11 - Produtividade por Servidor	0,5	0,2
	I12 - Pendentes por Servidor	0,5	

Nesse sentido, seguem abaixo informações colhidas no referido sistema acerca da Vara:

25.1. Situação da Vara Trabalhista em relação ao País.

25.1.1. Mesosindicadores- Todas as Varas do Trabalho

Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
					Resultado	Colocação
0,5230	0,5094	0,4394	0,3046	0,3672	0,4287	753º

25.1.2. Mesosindicadores- Varas do Trabalho da mesma faixa

Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de	Força de	IGEST
--------	------------	---------------	---------	----------	-------



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

(Peso 0,2)	(Peso 0,2)	de (Peso 0,2)	Congestionamento (Peso 0,2)	Trabalho (Peso 0,2)	Resultado	Colocação
0,5972	0,5716	0,4208	0,2956	0,3526	0,4476	262º

25.2. Situação da Vara do Trabalho em relação às demais Unidades 16ª Região

25.2.1. Mesoindicadores- Todas as Varas do Trabalho

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Abr/2016 a Mar/2019	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
16a - MA -> Barreirinhas - 01a Vara	0751 a 1000	0,1610	0,1982	0,5481	0,2962	0,4823	0,3372	1º
16a - MA -> Presidente Dutra - 01a Vara	1501 a 2000	0,1878	0,1967	0,5704	0,4277	0,4976	0,3761	2º
16a - MA -> São Luís - 02a Vara	2001 a 2500	0,3382	0,3548	0,5523	0,4099	0,4292	0,4169	3º
16a - MA -> Timon - 01a Vara	1001 a 1500	0,2531	0,5241	0,4701	0,4077	0,4555	0,4221	4º
16a - MA -> Barra do Corda - 01a Vara	2001 a 2500	0,3776	0,2676	0,5817	0,4228	0,4719	0,4243	5º
16a - MA -> Açailândia - 01a Vara	1001 a 1500	0,5135	0,4719	0,4720	0,2348	0,4532	0,4291	6º
16a - MA -> Pedreiras - 01a Vara	0501 a 0750	0,1957	0,3414	0,5034	0,5173	0,6114	0,4338	7º
16a - MA -> Estreito - 01a Vara	1001 a 1500	0,4724	0,2501	0,5216	0,4192	0,5374	0,4401	8º
16a - MA -> São João dos Patos - 01a Vara	0751 a 1000	0,4581	0,3447	0,4906	0,4321	0,5375	0,4526	9º
16a - MA -> São Luís - 01a Vara	2001 a 2500	0,2977	0,4172	0,5289	0,5408	0,4816	0,4532	10º
16a - MA -> São Luís - 05a Vara	2001 a 2500	0,4009	0,5583	0,4623	0,5162	0,4013	0,4678	11º
16a - MA -> Chapadinha - 01a Vara	2001 a 2500	0,3273	0,2281	0,7257	0,5593	0,5241	0,4729	12º
16a - MA -> São Luís - 04a Vara	2001 a 2500	0,3583	0,4404	0,4614	0,5709	0,5346	0,4731	13º
16a - MA -> São Luís - 03a Vara	2001 a 2500	0,3398	0,4150	0,4770	0,5902	0,5457	0,4735	14º
16a - MA -> Bacabal - 01a Vara	1501 a 2000	0,3613	0,3580	0,5961	0,6031	0,4601	0,4757	15º
16a - MA -> São Luís - 07a Vara	2001 a 2500	0,5434	0,3221	0,5567	0,5631	0,4073	0,4785	16º
16a - MA -> Imperatriz - 02a Vara	2501 ou Mais	0,6871	0,4642	0,4748	0,4120	0,4441	0,4964	17º



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

16a - MA -> Balsas - 01a Vara	0751 a 1000	0,4176	0,3638	0,4582	0,6178	0,6259	0,4966	18°
16a - MA -> São Luís - 06a Vara	2001 a 2500	0,3639	0,4426	0,5818	0,5728	0,5981	0,5118	19°
16a - MA -> Pinheiro - 01a Vara	2001 a 2500	0,5617	0,7422	0,2990	0,5660	0,4448	0,5228	20°
16a - MA -> Imperatriz - 01a Vara	2501 ou Mais	0,6112	0,7461	0,3822	0,5321	0,3833	0,5310	21°
16a - MA -> Santa Inês - 01a Vara	1501 a 2000	0,4480	0,5991	0,6113	0,5817	0,5071	0,5494	22°
16a - MA -> Caxias - 01a Vara	2001 a 2500	0,4911	0,4586	0,5813	0,7472	0,6094	0,5775	23°

25.2.2. Mesoindicadores- Varas do Trabalho da mesma faixa

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Abr/2016 a Mar/2019	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
16a - MA -> Açailândia - 01a Vara	1001 a 1500	0,3768	0,5681	0,4005	0,2747	0,3662	0,3972	1°
16a - MA -> Timon - 01a Vara	1001 a 1500	0,4340	0,6192	0,4995	0,6738	0,3838	0,5221	2°
16a - MA -> Estreito - 01a Vara	1001 a 1500	0,5262	0,3122	0,5577	0,5762	0,7371	0,5419	3°

Vale registrar que os dados acima se referem à faixa de casos novos de Abril/2016 a Março/2019 e o período de referência relativo a Abril/2019 a Março/2020.

QUADRO RESUMO DA COLOCAÇÃO DA VARA NO IGEST

	Referência	Colocação	Total de Varas do Trabalho
Brasil	Todas as Varas do Trabalho	753 ^a	1567
	Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos	262 ^a	515
TRT 16ª Região	Todas as varas	6 ^a	23
	Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos	1 ^a	3

Observa-se que a Unidade ficou na **753ª** colocação entre as **1567** Varas do Trabalho do **Brasil**, bem como em **262ª** lugar entre as **515** Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos.

A Unidade também ocupou a **6ª** colocação entre as **23** varas do Trabalho da **16ª** Região, bem como em **1º** lugar entre as **3** da mesma faixa da Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

26. WIKI NACIONAL- Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância

Os Tribunais Regionais do Trabalho elaboraram a primeira versão de um manual eletrônico com as rotinas das Varas do Trabalho, denominado Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância- Wiki Nacional.

Trata-se de uma ferramenta para compreensão do fluxo do processo judicial e gestão do conhecimento institucional, através da qual servidores e magistrados encontrarão a descrição de todas as atividades de secretaria da 1ª Instância, as tarefas do PJe, o passo a passo das rotinas, modelos normativos, tudo visando precipuamente ao aprimoramento das rotinas das Unidades, melhorando, assim, a celeridade, a produtividade e, conseqüentemente, e a eficiência na prestação jurisdicional.

Dessa forma, considerando a relevância da questão, a equipe correcional solicitou da Diretora de Secretaria a observância do Memo Circular nº 4/2019, através do qual a Secretaria da Corregedoria requereu dos gestores das varas do Trabalho a disseminação da referida plataforma perante os servidores e magistrados, comprometendo-se a referida Diretora a continuar adotando as medidas necessárias visando divulgação e utilização do aludido sistema.

27. DA OUVIDORIA

Conforme informado pelo Serviço de Ouvidoria deste Regional, durante o ano de 2019, até o mês de junho de 2020, foram registradas 9 (nove) manifestações pertinentes à morosidade em tramitação na Vara, todas já devidamente concluídas e arquivadas.

28. DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Considerando a situação de exceção provocada pela pandemia da COVID-19, não foi possível a verificação *in loco* das instalações físicas da vara, cabendo registrar que não houve manifestação da unidade no sentido de que se encontram em desacordo com as necessidades funcionais e do público.

29. DAS BOAS PRÁTICAS

A unidade apresentou as seguintes boas práticas: “Núcleo de Execução onde são realizadas as pesquisas patrimoniais, através dos convênios Bacenjud, Renajud e Infojud, Inclusão BNDT e Serasajud, bem como a minuta de todos os despachos decorrentes são concentradas num momento único pelo mesmo servidor, com vistas ao maior controle da efetivação das medidas executórias determinadas; Utilização de email institucional para recebimento dos comprovantes enviados pelas instituições financeiras; Contratação de internet particular, cujo pagamento é rateado entre os servidores para fins de utilização em caso de emergência e queda na rede do Tribunal; Maior enfoque na fase conciliatória, com aumento no número de acordos homologados; Implantação do Projeto Carrinho da Leitura com arrecadação de livros entre servidores e advogados para disponibilização aos frequentadores da Vara do Trabalho de Açailândia; Arrecadação para doação de cestas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

básicas ao Abrigo dos Idosos Lar Frei Daniel e ao Recanto dos Idosos Laryssa Pereira Cutrim.

30. MEDIDAS ADOTADAS PELA VARA POR CONTA DA EPIDEMIA DA COVID-19

A unidade apresentou as seguintes medidas: *“Expedição da Portaria VTA nº 02/2020, que estabeleceu medidas preventivas ao Contágio pelo COVID-19. Destinação em 02/04/2020 de R\$ 72.865,50 para a Secretaria Municipal de Saúde de Açailândia para aquisição de equipamentos necessários à instalação de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do ente público, além do fornecimento de remédios para a prevenção e combate à Covid-19. A soma é proveniente de acordos realizados nos autos das Ações Cíveis Públicas nºs 0017078-11.2014.5.16.0013 e 0016669-93.2018.516.0013 ajuizadas pelo MPT em face de empresas da região; “Realização de audiências telepresenciais desde o dia 06/05/2020, tendo inicialmente sido realizadas audiências para homologação de acordos. Atualmente, já estão sendo realizadas audiências iniciais e de instrução; Pagamentos através de transferências bancárias substituindo os Alvarás; Disponibilização de equipamentos aos servidores, mediante assinatura de termo de responsabilidade, para fins de realização do trabalho remoto”.*

31. REUNIÃO TELEPRESENCIAL

O Exmo. Desembargador Corregedor, no dia 23/07/2020, às 16h, reuniu-se telepresencialmente, com o Excelentíssimo Senhor Matheus Barreto Campelo Bione, Juiz Substituto no exercício da Titularidade da Vara do Trabalho de Açailândia, a Diretora de Secretaria, Luiza Helena Braga Soares, os servidores Rômulo Juliano Vidigal Pimenel, Marconi Lima Ribeiro e Luis Arnon Lopes Milhomem. Presentes, também, os servidores da Corregedoria Valéria Morais Marques, Secretária da Corregedoria, e Fabio Henrique Soares e David Tedson Mendonça Ferreira. Os advogados Sandra Gonçalves Macedo, Conselheira Estadual da OAB/MA, Daniel Silva Galvão (OAB/MA 7004), Presidente da OAB/MA, seção de Açailândia; Stela Martins Chaves Anicácio, Conselheira da OAB/MA, seção Açailândia; Filipe Francisco Santos de Andrade (OAB/MA 10.318), Nádia Lize Carvalho Martins Silva Renovato (OAB/MA 10.680), Raimundo Glens Sousa Assunção (OAB/MA 13.202), Gabriela Cecilia Pereira Nolasco (OAB/MA 15.556), Andressa Serejo dos Santos Vieira (OAB/MA 19.158), Adibson Almeida da Silva Junior (OAB/MA 21.620), Bruna Pereira da Silva (OAB/MA 21.888), Michel de Sousa Oliveira (OAB/MA 21.741) e Eduardo Fábio de Lima (OAB/MA 9.077).

Aberta a reunião pelo Desembargador Corregedor, deu a palavra ao servidor David Tedson Ferreira Mendonça, o qual teceu esclarecimentos quanto aos mesoindicadores que compõem a fórmula do IGEST e que impactam na colocação da Vara do Trabalho de Açailândia no IGEST, destacando que a unidade deve trabalhar focada na melhoria dos indicadores que impactam em uma eventual baixa colocação da unidade no IGEST.

Durante a explanação o Juiz Matheus Barreto Campelo Bione, ao observar que apenas um processo empurra o índice da VT para baixo questionou, solicitou explicações, uma vez que o referido processo, por já estar julgado, não deveria constar no referido cálculo, recebendo a explicação de que os cálculos são formulados pelo CNJ/CSJT e que a base de dados é o egestão, de modo que eventual equívoco deve ser por conta de *bug* do sistema ou má alimentação.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

A Diretora de Secretaria, Luiza Helena Braga Soares, se manifestou registrando que após a nova remessa do IGEST que será gerada certamente a unidade estará com melhores índices.

O Dr Daniel Silva Galvão falou em nome da OAB/Açailândia e pediu registros em ATA de que o diálogo Vara do Trabalho de Açailândia x OAB é muito forte, citando como boas práticas os projetos TRT na Escola e a Biblioteca da VT e que as reclamações contra a VT de Açailândia são bem poucas, mas a necessidade de um Oficial de Justiça para servir a VT é premente, e que na medida em que um servidor dos serviços administrativos são para fazer uma diligência gera prejuízos na produção da unidade. Elogiou a atuação da Juíza Márcia de Nardin e do Juiz Matheus Barreto Campelo Bione, quanto aos seus empenhos em promoverem conciliações nas demandas. Disse, ainda que a OAB/Açailândia está construindo um espaço para mediação. Ao finalizar sua fala registrou que a Vara do Trabalho de Açailândia desempenhou um papel fundamental neste período de pandemia, vez que não descurou em seu ofício.

Dra. Sandra Gonçalves Macedo registrou que recebeu duas reclamações da classe de advogados, quanto a questões pontuais. Uma delas com relação à determinação aos advogados para fazer os cálculos na ferramenta do Pje. Registrou que não poderia essa obrigação por conta de problemas na ferramenta, solicitando, quanto a este aspecto, que no despacho constasse “prioritariamente” e não “obrigatoriamente” A segunda reclamação diz respeito ao uso da sistemática adotada pelo CPC, ao invés da CLT.

Quanto às observações da Dra. Sandra Gonçalves Macedo, o Juiz Matheus Barreto Campelo Bione disse que quando chegou na VT havia um gargalo na apuração das contas, de modo que se mantivesse o procedimento que estava iria demorar mais ainda. Com relação ao novo procedimento adotado conversou com a OAB. Registrou que a nova metodologia deu excelentes resultados e que embora conste no despacho como obrigatório não recebeu reclamações, quanto a isso e que caso houvesse reclamações de pronto iria avaliar.

Atento ao pedido da advogada Sandra Gonçalves Macedo, o Desembargado José Evandro de Souza registrou que vai provocar essa discussão no Colégio de Corregedores, solicitando ao Juiz Matheus Barreto Campelo Bione que, nos despachos futuros consigne como faculdade no uso da referida ferramenta, sendo informado pelo magistrado que vai proceder as adaptações sugeridas pelo Corregedor. Neste momento, o advogado Daniel Silva Galvão registrou que a proposta de mudança deixa os advogados mais a vontade.

A advogada Stela Martins Chaves Anicácio parabenizou a produtividade de todos que compõe a Vara do Trabalho de Açailândia, notadamente quanto à celeridade nos atos processos, consignando que os despachos não pararam durante a pandemia, o que refletiu positivamente na produção da Vara durante a pandemia.

A Diretora de Secretaria registrou que a execução de fato é um problema na VT, mas crê que neste aspecto a unidade melhorou, vez que as medidas executória adotadas pela VT tem dado frutos, registrando que o magistrado Matheus é um conciliador natural.

Não havendo mais manifestações o Desembargador Corregedor, José Evandro de Souza, encerrou a reunião.

32. DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES INSERTAS NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO PRETÉRITO.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

As seguintes recomendações/determinações, exaradas na ata do ano anterior, foram cumpridas pela Unidade:

- a) Cumprimento das metas 1, 2, 5 e 7 /2019 do CNJ e metas 10 e 13/2019 do TRT-16ª Região;
- b) A unidade teve seu desempenho no Igest acrescido, passando da posição 846ª a nível Nacional para 753ª e, a nível Regional, da 8ª colocação para a 6ª;
- c) Decréscimo da taxa de congestionamento na fase de execução, atingindo, em 2019, o índice de 57,30%, ocupando o 5º lugar entre as Unidades deste Regional;
- d) Estão sendo obedecidos os comandos emanados do Comitê Gestor do Sistema e-Gestão e observados os itens de saldo de pendências;
- e) Houve a digitalização dos processos, ressaltando-se que este Tribunal recebeu o Selo 100% PJe, criado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- f) Cumprimento dos arts. 55 e 64, do Provimento deste Regional, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução;
- g) As pendências do PJe registradas na ata de 2019 foram atualizadas;
- h) Cumprimento do art. 62, do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão do feito ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução;
- i) A Vara assegura tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, figurem como parte ou interveniente.

Por outro lado, é incumbência do Corregedor registrar as determinações/recomendações não cumpridas, bem como os aspectos que ainda merecem ser aprimorados. Nesse sentido, juízes e servidores devem atentar para o seguinte:

- a) Não foram cumpridas as metas 3 e 6/2019 do CNJ, meta 5/2019 do CSJT e metas 11 e 21/2019 do TRT 16ª Região;
- b) Houve redução do prazo médio para realização da 1ª audiência, de 117,74 dias, em 2018, para 69,71 dias, em 2019, porém permanece elevado;
- c) O prazo médio de execução elevou de 1976,49 dias, em 2018, para 2.111,16, em 2019;
- d) O índice de conciliação em 2019 (21,56%) ficou abaixo do pretendido pelo Regional, prejudicando o cumprimento da meta 3/2019 do CNJ;
- e) Verificou-se o cumprimento parcial da Recomendação 4/18-CGJT quanto à prolação de sentenças líquidas, conforme item 8.1.5;
- f) Não existe pauta específica para processos em fase de execução, em desacordo com o art.76,II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral;
- g) Verificou-se o cumprimento parcial da determinação referente aos alvarás pendentes de entrega, tendo em vista a existência da citada pendência no



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

processo nº 1296/2008. Acerca da questão a Diretora informou que foi realizada pesquisa de conta no sistema bacenjud, sem êxito, sendo expedido ofício à Caixa, em 06/11/2019, para abertura de conta, mas sem resposta até o presente momento.

33. OBSERVAÇÕES GERAIS DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR CORREGEDOR

OBSERVAÇÃO 1 - O Exmo. Sr. Desembargador Corregedor observou que a taxa de congestionamento na fase de execução decresceu de 2018/2019, de 72,11%, em 2018, para 57,30%, em 2019, cumprindo a meta 13 do TRT16, estabelecida por este Regional para 2019, que era de 62% ou menos, não obstante possa apresentar significativa melhora em face da considerável diminuição da demanda.

OBSERVAÇÃO 2 - Quanto à fase de liquidação, verificou a existência de processos aguardando a confecção de cálculos, com data de autuação referentes aos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, conforme descrito nos itens 6.3.4, que influencia no elevado prazo médio do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação apurado em junho/2020 de 1064,43 dias;

OBSERVAÇÃO 3 - Observou, ainda, em relação ao PJe, atrasos excessivos nas tarefas "Cumprimento de Providências, com alguns processos sem tramitação desde setembro de 2019 (ATSum 0016339-38.2014.5.16.0013), bem assim elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas nos últimos 12 meses, a exemplo das tarefas "Aguardando Cumprimento de Providência - Liq", "Cumprimento de providências", "RenaJud", "Aguardando laudo pericial", "InfoJud", "BacenJud" e "Aguardando bloqueio bacen".

OBSERVAÇÃO 4 - Verificou a existência de 203 (duzentos e três) mandados pendentes, conforme constatado no "Escaneio" do sistema PJe, registrando-se a ausência de Oficial de Justiça lotado na Vara.

OBSERVAÇÃO 5 - Elevado prazo médio do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação apurado nos cinco primeiros meses de 2020 de 1099,63 dias;

OBSERVAÇÃO 6 - Constatou, ainda, o cumprimento parcial da Recomendação nº 4/GCGJT/2018, eis que apurado um quantitativo modesto de sentenças líquidas prolatadas no ano de 2019 e 2020, até o final do mês de junho (06 e 02, respectivamente).

OBSERVAÇÃO 7 - Até o mês de junho de 2020, a VT baixou somente 173 (cento e setenta e três) processos na fase de execução, número reduzido, tendo em vista o total de pendentes de baixa, que soma 1145 (mil cento e quarenta e cinco).

34. DAS DETERMINAÇÕES



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

34.1. AOS MAGISTRADOS

Em caráter geral, com o intuito de realçar procedimentos que devem ser sempre observados em todas as Unidades Judiciais deste Regional, especificamente em decorrência do constatado nos trabalhos correccionais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor consigna as seguintes determinações aos Excelentíssimos Juízes vinculados à Vara do Trabalho de Açailândia:

- a) **IGEST**- Considerando a colocação da Unidade no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (753ª Nacional; 262ª Nacional por faixa de casos novos; 6ª do Regional; e 1ª Regional por faixa de casos novos), que adotem medidas visando à melhoria de todos os índices da Vara, com especial atenção aos campos que se encontram em fundo cinza e letras pretas (25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos), bem como em fundo azul claro e letras azuis (50% dos índices e das varas, com desempenho mediano);
- b) **Metas (2019)** - Observem e acompanhem as metas do Judiciário Nacional, fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, a fim de lhes dar cumprimento integral ao final de cada ano, assim como aquelas fixadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e as estabelecidas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do TRT da 16ª Região, pelo link <https://www.trt16.jus.br/portalGestao/index.php?acao=conteudo/metasVara.php>, haja vista o descumprimento das metas 3 e 6/2019 do CNJ, meta 5/2019 do CSJT e metas 13 e 21/2019 do TRT 16ª Região;
- c) **Prazo para realização de audiências** - Observem, quando da elaboração da pauta, a necessidade de se reduzir o prazo médio examinado no item 7.1.6.1, pertinente à realização da primeira audiência e, em especial, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo (art. 852-B, III, da CLT), de modo a adequá-lo ao prazo estabelecido em lei ou, pelo menos, reduzi-lo a patamares razoáveis;
- d) **Fase de Execução** - Considerando os dados referentes à fase de execução, como execuções pendentes (item.6.4.2), taxa de congestionamento (item 6.4.4) e prazo médio (item 6.4.6), adotem medidas imediatas visando à melhoria desses índices, devendo, para tanto, utilizar dos meios coercitivos necessários à obtenção de uma execução eficiente, a exemplo dos convênios, como BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SABB (Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários) e outros, assim como a priorização da conciliação, de modo a reduzir o acervo da Unidade;
- e) **Pauta em execução**- Estabeleça, em consonância com o alinhado no Memorando Circular n.º 171/2015-SC, e ao art.76, “e”, da Consolidação dos Provimentos, pauta regular e especial de conciliação para processos na fase de execução, devendo, ainda, determinar à Secretaria a realização de acompanhamento sistemático e regular de todos os processos que se encontram em fase de execução com possibilidade de acordo, com vistas à inclusão em pauta;
- f) **Sentenças Líquidas** - Considerando o número reduzido de sentenças líquidas, conforme item 8.1.5, deve ser observado, com rigor, a Recomendação 4/18-CGJT;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- g) **Índice de Conciliação** - Insistam na busca de melhores índices de conciliação na fase de conhecimento, face o percentual alcançado nos últimos anos, abaixo do proposto pelo Tribunal, tendo em vista que o índice da Unidade em 2019 (21,56%) ainda se encontra muito abaixo da meta, qual seja, 41,20%;
- h) **Inspeção Judicial** - realizem, no mínimo, 2(duas) inspeções anuais, da forma que entender conveniente, visando à verificação da atuação e das pendências da Vara que mais contribuem para esses baixos índices de produtividade, conforme Ofício Circular nº 001/2020-SC;
- i) **Baixa de processos** - Considerando a existência, em 30/06/2020, de 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) processos pendentes de baixa na fase de execução, que se adote medidas a fim de diminuir esse quantitativo, que interfere diretamente nos cálculos dos relatórios do Justiça em Números e das Metas Nacionais;
- j) **Arts. 55 e 64, do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal** - Continuem observando os comandos insertos nos referidos dispositivos, quanto à designação de data para a publicação da sentença, quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução, mediante ciência prévia das partes ou procuradores, evitando-se, desse modo, a conclusão dos autos para julgamento *sine die* e a necessidade de intimação das partes pela via postal ou Diário;
- k) **Gestão da Unidade** - Considerando os atrasos registrados nesta ata, que façam o acompanhamento periódico e permanente das atividades da Secretaria, inclusive da produtividade da Diretora de Secretaria e demais servidores, no intuito de regularizar a tramitação dos feitos, evitando-se, assim, que as irregularidades encontradas se mantenham ou se repitam;
- l) **Tramitação Preferencial** - Continuem assegurando tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, que figurem como parte ou interveniente, de forma a dar cumprimento à determinação inserta no artigo 14, § 3º e 4º, inciso I, do PGC-TRT16, fazendo a necessária separação dos feitos em local próprio para facilitação do controle;
- m) **Recomendações da CGJT**- Que observem os termos do MEMO. CIRCULAR N.º 008/2019-SC, por meio do qual a Unidade foi cientificada acerca das recomendações constantes na Ata de Correição da CGJT-2019, quais sejam:
- *Considerando que a Resolução n.º 233/2016 do CNJ determina que o magistrado, na designação de perito, observe critério equitativo para a nomeação dos profissionais constantes da lista cadastrada junto ao Tribunal, recomenda-se dispensar especial atenção, durante a atividade correicional, ao integral atendimento às diretrizes fixadas na Resolução n.º 233/2016 do CNJ;*
 - *Considerando que, a despeito do incremento da produtividade do primeiro grau de jurisdição, com importante redução do acervo de processos pendentes de julgamento, o prazo médio de duração dos processos na fase de conhecimento apresenta-se elástico, notadamente no que tange ao interstício do ajuizamento da ação até a realização da primeira audiência - **fato objeto de igual recomendação na Correição Ordinária anterior** - recomenda-se a intensificação dos esforços no sentido de obter a redução do*



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

tempo médio de tramitação processual nas Varas do Trabalho da 16º Região, com especial atenção ao prazo para designação da primeira audiência;

- Considerando os índices relativos ao resíduo e ao prazo médio na fase de execução em 2018, recomenda-se sensibilizar magistrados e servidores para a importância do uso eficaz das ferramentas de pesquisa patrimonial como meio de assegurar a efetividade das execuções e, por consequência, incrementar a produtividade e propiciar a redução do número de execuções pendentes no âmbito da 16º Região;

- Considerando a informação de que significativa parcela das execuções encerradas encontra-se identificada como “outras extinções” e de que, entre elas, constatou-se, por amostragem, a existência de sentenças que fizeram incidir a prescrição intercorrente, recomenda-se alertar os magistrados para os termos do artigo 2º da Instrução Normativa n.º 41/2018 do TST e da Recomendação n.º 3/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de modo a garantir segurança jurídica aos jurisdicionados;

- Considerando que não há unidade específica responsável pela fiscalização das rotinas adotadas pelas VTs para a expedição e processamento das RPVs estaduais e municipais, o que dificulta a padronização dos procedimentos, fato inclusive objeto de recomendação na ata correicional anterior, e visando o controle efetivo, centralizado e permanente das práticas adotadas pelas diversas unidades jurisdicionais, recomenda-se adotar mecanismos de efetivo controle em relação ao processamento das RPVs estaduais e municipais expedidas pelas Vts;

NOTA - as recomendações e determinações devem ser atendidas por todos os magistrados, no prazo de 30 (trinta) dias, informando à Corregedoria acerca do cumprimento, esclarecendo quais as providências adotadas para cada item e a melhoria alcançada, com a observação de que as correições não se prestam para se repetir indefinidamente essas mesmas recomendações e/ou determinações, de sorte a autorizar encaminhamento de pedido ao egrégio Tribunal Pleno para que se apure responsabilidades em caso de inobservância.

34.2. AOS SERVIDORES

Em face do constatado e apurado durante os trabalhos correicionais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor determina à Diretora Luiza Helena Braga Soares, responsável pela boa ordem dos serviços da Unidade, que:

- a) WIKI NACIONAL** - Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância - que continue disseminando o uso dessa plataforma para compreensão do fluxo do processo judicial e gestão do conhecimento institucional, através da qual servidores e magistrados encontrarão a descrição de todas as atividades de secretaria da 1ª Instância, as tarefas do PJe, o passo a passo das rotinas, modelos normativos, tudo visando precipuamente ao aprimoramento das rotinas das Unidades, melhorando, assim, a celeridade, a produtividade e, conseqüentemente, a eficiência na prestação jurisdicional, socorrendo-se de pessoal habilitado junto ao Tribunal se não se achar habilitada ou se dúvida tiver de como implementar;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- b) **IGEST** - Considerando a colocação da Unidade no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (753ª Nacional; 262ª Nacional por faixa de casos novos; 6ª Regional; 1ª Regional por faixa de casos novos), que adote medidas visando à melhoria de todos os índices da Vara, com especial atenção aos campos que se encontram em fundo cinza e letras pretas (25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos), bem como em fundo azul claro e letras azuis (50% dos índices e das varas, com desempenho mediano);
- c) **Sistema SABB** - Que continue cadastrando os processos que estejam na fase execução, com determinação de bloqueio no sistema Bacenjud, no referido sistema, em busca da redução do prazo verificado entre o ajuizamento da ação até a extinção da execução (2.169,14- item 6.4.6)
- d) **Sistema e-Gestão** - deem atenção especial aos relatórios de saldo e de pendências, bem como aos àqueles que interferem nas variáveis do Justiça em Números (<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>), especialmente os seguintes: 90185 (Cartas Precatórias pendentes de devolução); 90377 (Processos pendentes de baixa - fase conhecimento); 90375 (Processos baixados - fase de conhecimento); 90383 (Processos pendentes de baixa - fase de execução); 90381 (Processos baixados - fase de execução); 90315 (Processos suspensos - fase de conhecimento); 90300 (Processos suspensos - fase de execução);
- e) **Art. 62, do PGC-TRT** - Continue cumprindo, com rigor, o citado dispositivo, sob pena de responsabilidade, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão do feito ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução, devendo a Chefe de Audiência e demais servidores serem orientados e cobrados nesse sentido;
- f) **PJE** - Elabore estratégia de ação, de modo a regularizar a tramitação dos processos no PJe, bem como imprimir a celeridade necessária à realização dos atos processuais com atrasos excessivos, tendo em vista as seguintes observações, já consignadas no item 15.5:
- *Encontrados atrasos excessivos na tarefa “Cumprimento de Providências, com alguns processos sem tramitação desde setembro de 2019 (ATSum 0016339-38.2014.5.16.0013), prejudicando sobremaneira a prestação jurisdicional, cabendo registrar que na citada tarefa existem outros mais antigos, mas que não apresentam atrasos injustificados, por se encontrarem em uma dessas situações: aguardando pagamento Precatórios e aguardando pagamentos RPV.*
 - *Observa-se, ainda, no item 15.3, elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas nos últimos 12 meses, a exemplo das tarefas “Aguardando Cumprimento de Providência - Liq”, “Cumprimento de providências”, “RenaJud”, “Aguardando laudo pericial”, “InfoJud”, “BacenJud” e “Aguardando bloqueio bacen”.*
 - *Verificou-se, ainda, alguns processos que permaneceram de forma excessiva em algumas tarefas, conforme item 15.4, a exemplo do Processo 016481-03.2018.5.16.0013 na tarefa “Aguardando laudo pericial”, por 491 dias, e o Processo 0016901-13.2015.5.16.0013 em “Cumprimento de Providências”, por 465 dias.*
- g) **Fase de Liquidação** - Tendo em vista a existência de 240 (duzentos e quarenta) processos pendentes de atualização e elaboração de cálculos, o mais antigo desde 04/02/2015, deve a Diretora de Secretaria adotar, juntamente com os magistrados, todas as medidas necessárias a fim de resolver de forma definitiva essa pendência;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- h) **Alvarás** - Insista na adoção de estratégias para efetuar a entrega ao(s) reclamante(s) do(s) alvará(s) expedido(s), tendo em vista o processo nº 1296/2008 que se encontra nessa situação desde 14/06/2016.
- i) **Prazo para cumprimento dos mandados judiciais** - Continue observando o disposto no art. 177, do PGC - TRT16, que estabelece o prazo máximo de 19 (dezenove) dias para cumprimento dos mandados Judiciais, contados da data da distribuição;
- j) **Gestão da Secretaria** - Faça o acompanhamento periódico e rigoroso dos processos eletrônicos, assim como da produtividade dos servidores, a fim de que os atrasos sejam evitados;
- k) **Tramitação Preferencial** - Continue assegurando tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, figurem como parte ou interveniente, de forma a dar cumprimento à determinação inserta no artigo 14, § 3º e 4º, inciso I, do PGC - TRT16, fazendo a necessária separação dos feitos em local próprio para facilitação do controle;
- l) **Ciência aos servidores** - Disponibilize a ata a todos os servidores, devendo ser realizada leitura conjunta com todo corpo funcional, de modo a adotar as medidas necessárias ao cumprimento das determinações nela contidas.

NOTA - Deve a Diretora de Secretaria, no prazo de 30 (trinta) dias, informar à Corregedoria acerca do cumprimento do inteiro teor das referidas determinações, esclarecendo quais as providências adotadas para cumprimento de cada item, com a observação de que essas determinações não devem ser objeto de outras futuras em correições posteriores, sob pena de apuração de responsabilidades.

35. DAS PROVIDÊNCIAS PELA SECRETARIA DA CORREGEDORIA

- Disponibilizar no site do Tribunal o inteiro teor desta Ata, publicando-a no DEJT.

36. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Evandro de Souza, agradece a colaboração de todos aqueles que participaram dos trabalhos correccionais, fazendo-o em nome do Excelentíssimo Senhor Juiz Matheus Barreto Campelo Bione, bem como da Ilustríssima Senhora Diretora de Secretaria Luiza Helena Braga Soares e demais servidores, pelo tratamento cordial recebido.

Destaca os seguintes pontos positivos:

- Cumprimento das metas 1, 2, 5 e 7/2019 do CNJ e meta 10 e 13/2019 do TRT-16ª Região;
- Houve um avanço da unidade no IGEST- Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho passando da posição 846ª a nível Nacional para 753ª;
- Valores pagos aos reclamantes em 2019 (R\$ 7.612.450,59);
- Houve redução do prazo médio para realização da 1ª audiência, de 117,74 dias, em 2018, para 69,71 dias, em 2019



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

- Inexistência de processos pendentes para julgamento fora do prazo legal;
- Decréscimo das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento e de execução;
- A regularidade na utilização do SABB (Sistema Automático de Bloqueios Bancários), ferramenta importante para o êxito do processo na fase de execução.
- As boas práticas apresentadas no item 29.

Sabe-se, por outro lado, que o Exmo. Desembargador Corregedor no cumprimento das obrigações regimentais, a ata também deve registrar pontos que devem ser melhorados. Nesse contexto, merecem uma atenção especial as recomendações e determinações da correição - 2019, não cumpridas, bem como as circunstâncias registradas no item 34, com destaque às seguintes:

- Não foram cumpridas as metas 3 e 6/2019 do CNJ, meta 5/2019 do CSJT e metas 11 e 21/2019 do TRT 16ª Região;
- Elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas, conforme item 15.3;
- O índice de conciliação permanece abaixo do pretendido pelo Regional;
- Foram proferidas apenas 6(seis) sentenças líquidas no ano de 2019, conforme item 8.1.3, em desacordo com a Recomendação 4/18-CGJT.
- O prazo médio do início da liquidação até o seu encerramento ainda se encontra elevado (item 6.3.3);
- O prazo médio entre o ajuizamento da ação e o encerramento da execução permanece elevado (item 6.4.6).

Necessário esclarecer que a Correição Ordinária não se trata de uma mera formalidade, sendo o momento de verificação minuciosa da qualidade do serviço prestado pela Vara Trabalho, ocasião em que todos os prazos, pendências, produtividade, pontos positivos e negativos são analisados.

Dessa forma, à vista das imperfeições encontradas pela equipe correicional, juízes e servidores devem ficar cientes que o cumprimento das determinações e recomendações, bem como a melhoria dos serviços da Unidade, serão acompanhadas passo a passo pela Corregedoria Regional, em cumprimento à sua função regimental (art. 27, do Regimento Interno), salientando que esta postura tem caráter de incentivo, dever de que também se reveste a Corregedoria, de modo a incitar todos, juízes e servidores, a uma prestação jurisdicional voluntariosa e eficaz.

Nesta perspectiva, insto a todos envolvidos nos trabalhos desenvolvidos na VT de Açailândia, a empenharem-se com afinco na prestação jurisdicional, para o que pondero aos Juízes lotados na Unidade e à Diretora de Secretaria, responsáveis pela condução dos trabalhos, que estabeleçam critérios para resolverem as pendências de maior comprometimento da celeridade, bem assim mecanismos motivacionais, de forma a fomentar a autoestima dos servidores no desenvolvimento daquilo que os compete, inclusive cobrando da administração eventual apoio para o alcance de todas as metas frequentemente estabelecidas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Na hipótese de eventual discordância em relação aos dados lançados nesta Ata ou de alguma recomendação ou determinação, deverá ser encaminhada à Corregedoria com a justificativa cabível ou a razão de não o fazer.

Por fim, cumprimentando a todos o Desembargador Corregedor, José Evandro de Souza, registra agradecimentos pela forma cordial e acolhedora com que o Desembargador e toda sua equipe foram recebidos virtualmente pelos integrantes da VT de Açailândia.

37. DO ENCERRAMENTO

Aos 24 dias do mês de julho do ano dois mil e vinte, foi encerrada a presente Correição Periódica Ordinária. Nada mais havendo a consignar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor, José Evandro de Souza, mandou encerrar a presente Ata, lavrada por mim, Valéria Moraes Marques, Secretária da Corregedoria, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor, pelo Juiz Substituto, Matheus Barreto Campelo Bione, por mim, e pela Diretora de Secretaria Luiza Helena Braga Soares .

JOSE EVANDRO DE SOUZA:30816326
Assinado de forma digital por JOSE EVANDRO DE SOUZA:30816326
Dados: 2020.08.07 10:03:37 -03'00'

Des. José Evandro de Souza

Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

MATHEUS BARRETO CAMPELLO
BIONE:171050
Assinado de forma digital por MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE:171050
Dados: 2020.08.17 10:51:01 -03'00'

Matheus Barreto Campelo Bione

Juiz Substituto da Vara do Trabalho de Açailândia

VALERIA MORAIS MARQUES:308161746
Assinado de forma digital por VALERIA MORAIS MARQUES:308161746
Dados: 2020.08.07 14:58:59 -03'00'

Valéria Moraes Marques

Secretária da Corregedoria Regional

LUIZA HELENA BRAGA SOARES:308161599
Assinado de forma digital por LUIZA HELENA BRAGA SOARES:308161599
Dados: 2020.08.11 08:47:00

Luiza Helena Braga Soares

Diretora de Secretaria da Vara do Trabalho de Açailândia